

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Letras
Programa de Pós-graduação em Gramática da Língua Portuguesa: Reflexão e Ensino

Maurício Diniz Chara

GRAMÁTICA: Visão panorâmica do passado e do presente

Belo Horizonte
2022

Maurício Diniz Chara

GRAMÁTICA: Visão panorâmica do passado e do presente

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gramática da Língua Portuguesa: reflexão e ensino, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Língua Portuguesa.

Orientadora: Profa. Dra. Heloísa Penna

Belo Horizonte
2022



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Letras
Curso de Especialização em Gramática e Ensino: Teoria Gramatical e
Abordagens Contemporâneas

ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Nome do aluno: Maurício Diniz Chara

Às 14 horas e 30 minutos do dia 07 de dezembro de 2022, reuniu-se na Faculdade de Letras da UFMG a Comissão Examinadora indicada pela coordenação do Curso de Especialização em Gramática e Ensino: Teoria Gramatical e Abordagens Contemporâneas para julgar, em exame final, o trabalho intitulado “**Gramática: visão panorâmica do passado e do presente**”, requisito final para obtenção do Grau de Especialista em Gramática e Ensino. Abrindo a sessão, a banca, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passaram a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

O(A) Prof(a). Junot de Oliveira Maia indicou a aprovação do candidato;

O(A) Prof(a). Magnun Rochel Madruga indicou a aprovação do candidato;

Pelas indicações, o candidato foi considerado **APROVADO**.

Nota: 90

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela banca. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 07 de dezembro de 2022.

Junot de Oliveira Maia

Magnun Rochel Madruga

À minha esposa, Eliene, pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida e a nossos filhos, Júnior e Letícia, presentes de Deus em nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por seus propósitos. Aos professores do Curso de Especialização em Gramática da Língua Portuguesa: reflexão e ensino, que nos ensinaram e nos inspiram, em especial, à Professora Dra. Heloísa Penna pelas preciosas orientações que conduziram a bom termo o presente trabalho.

Resumo

O presente trabalho monográfico tem por objeto principal apresentar um olhar panorâmico que, ao começar do passado distante, nos permita entender os caminhos traçados por estudiosos na busca de respostas para um melhor entendimento da linguagem humana. Sabemos que o ato de falar é uma capacidade inata, presente em todas as épocas e em todas as comunidades linguísticas conhecidas. Essa habilidade inata, independente de condições sociais ou grau de escolaridade, capacita-nos a bem expressar – e a formar em nossos semelhantes – pensamentos complexos que tanto nos diferem de todas as demais espécies. Para facilitar a comunicação, o desenvolvimento social e preservação da memória coletiva, criou-se, nas sociedades com certo grau de desenvolvimento, a escrita. Com esse instrumento, tornou-se possível documentar toda produção humana e, dentre elas, a descrição e funcionamento da língua com suas regras, julgamentos e prescrições, ou seja, o que chamamos de Gramática. Propusemos então, para esse trabalho, começar modesta investigação da evolução dos estudos linguísticos, a partir da Grécia antiga, berço da filosofia e da cultura ocidental e daí à Idade Média, ao Renascimento até chegarmos aos dias atuais, à moderna Ciência Linguística. O resultado desta empreitada foi a constatação de que este tempo presente, com sua Ciência, nunca esteve desvinculado do seu passado, dos primeiros gramáticos, que ousaram dar os primeiros passos nessa grande e intrigante jornada: o conhecimento da linguagem e sua gramática que, inevitavelmente, habita em todos nós.

Palavras-chave: gramática; linguística; diacronia; sincronia; estruturalismo; gerativismo.

Abstract

The main purpose of this monographic work is to present a panoramic view that, starting from the distant past, allows us to understand the paths traced by scholars in the search for answers for a better understanding of human language. We know that the act of speaking is an innate ability, present in all times and in all known linguistic communities. This innate ability, regardless of social conditions or educational level, enables us to express well – and to form in our fellow beings – complex thoughts that so much differ us from all other species. To facilitate communication, social development and preservation of collective memory, writing was created in societies with a certain degree of development. With this instrument, it became possible to document all human production and, among them, the description and functioning of the language with its rules, judgments and prescriptions, that is, what we call Grammar. We therefore proposed, for this work, to begin a modest investigation of the evolution of linguistic studies, starting from ancient Greece, the cradle of western philosophy and culture, and from there to the Middle Ages, the Renaissance until we reach the present day, the modern Linguistic Science. The result of this endeavor was the finding that this present time, with its Science, has never been disconnected from its past, from the first grammarians, who dared to take the first steps in this great and intriguing journey: the knowledge of language and its grammar that, inevitably, dwells in all of us.

Keywords: grammar; linguistics; diachrony; synchrony; structuralism; generativism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Relações pragmáticas e sintagmáticas.....	33
Quadro 2 – Sujeito não pronunciado.....	47
Quadro 3 – Sujeito não interpretado.....	49
Quadro 4 – Ordem SVO e Ordem OSV.....	51
Quadro 5 – Ordem OSV.....	52
Quadro 6 – Sistema (Ordem Direta) S – V – Adj Adv – O.....	55
Quadro 7 – Sistema (Ordem Indireta) Adj Adv – Pronome – S – O – V – Adj Adv.....	55
Quadro 8 – Sistema (Ordem Direta) S – V – O – Pv O.....	55
Quadro 9 – Sistema (Ordem Direta) S – V – O – Adj Adv	55
Quadro 10 – Sistema (Ordem Direta) S – V – O – Adj Adv	56
Quadro 11 – Sistema (Ordem Direta) S – VL – Oração principal – Adj Adv – Pv S.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PIE	Proto – Indo – Europeia
PGR	Gramática de Port-Royal
GU	Gramática Universal
Língua-E	Língua externa
Língua-I	Língua interna
S-V-O	Sujeito – Verbo – Objeto
S-O-V	Sujeito – Objeto – Verbo
O-S-V	Objeto – Sujeito – Verbo
S-V-Adj Adv-O	Sujeito – Verbo – Adjunto Adverbial – Objeto
S-V-O-PvO	Sujeito – Verbo – Objeto – Predicativo do Objeto
S-VL-Adj Adv-PvS	Sujeito – Verbo de Ligação – Adjunto Adverbial – Predicativo do Sujeito
a.C.	antes de Cristo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A GÊNESIS DO ESTUDO GRAMATICAL	12
2.1 O Indo-europeu	12
2.2 Os gregos	14
2.3 A Ars Grammatica	18
2.4 A Idade Média	19
2.5 O Renascimento	21
2.6 A Gramática de Port-Royal	24
3. O NASCIMENTO DA CIÊNCIA LINGÜÍSTICA	27
3.1 O início da Linguística moderna (Ferdinand de Saussure)	28
3.2 Língua e fala	30
3.3 Signo linguístico	31
3.4 Sintagma e paradigma	32
4. A FACULDADE DA LINGUAGEM (AVRAM NOAM CHOMSKY)	34
4.1 Língua-E	35
4.2 Língua-I	36
4.3 O sistema combinatório discreto	37
4.4 Princípios e Parâmetros	39
4.5 Princípio da subordinação	41
4.6 Princípio da dependência de estrutura	42
4.7 Princípio da correferência	43
4.8 Princípio do sujeito	44
4.9 Sujeito inexistente	47
4.10 A harmonia estrutural	50
5. A ORDEM CANÔNICA E A INTENCIONALIDADE	54
6. CONCLUSÃO	58
7. BIBLIOGRAFIA	67

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho Monográfico pretende uma visão panorâmica dos estudos gramaticais apontando para um *continuum* desse desenvolvimento, que reflete, de certa forma, o conteúdo desenvolvido ao longo do curso de Gramática da Língua Portuguesa: reflexão e ensino; ou seja, uma visão dos estudos gramaticais diacrônica e sincronicamente.

Para tal objetivo, tendo a perspectiva de passado e presente, iniciamos o trabalho pela gênese do estudo gramatical – tomando o livro de Gênesis da Bíblia Sagrada, como um dos primeiros relatos sobre a questão das diversas línguas existentes –, passamos então por importantes períodos históricos que incluem, basicamente, a antiguidade grega e romana citando alguns de seus renomados filólogos e também primeiros gramáticos como Dionísio o Trácio, Quintiliano, Marco Terêncio Varrão Lúculo; a Idade Média e seus principais representantes para o desenvolvimento do conhecimento gramatical, como Santo Isidoro de Servilha e Dante Alighieri, cujos pensamentos, veremos, revelam-se adiante de seu tempo; o Renascimento, período em que os estudos gramaticais consolidados na Gramática de Port-Royal (1660), dos monges jansenistas Antoine Arnauld e Claude Lancelot, já apontavam para uma crescente valorização das línguas modernas da Europa em detrimento do latim, que desde a antiguidade serviu de modelo para os estudos gramaticais para, por fim, chegarmos aos tempos modernos, iniciados com a Linguística Histórico-Comparativa, que tem como seu primeiro representante Sir William Jones (1746-1794), ao qual sucederam Franz Bopp (1791-1867), Wilhelm Grimm (1786-1859) e outros importantes pesquisadores. Veremos, no entanto, que apesar dos avanços proporcionados por aqueles estudiosos, a moderna Linguística como a percebemos em nossos dias só se consolidará como ciência, tendo a linguagem como objeto de estudo específico, com a publicação (*post mortem*) do “Cours de linguistique générale”, do suíço Ferdinand de Saussure, no ano de 1916.

Assim, a partir do século XX os estudos gramaticais sofrem uma mudança de perspectiva; se antes o que prevalecia era uma visão diacrônica voltada para questões históricas, pela qual buscava-se, entre outros objetivos, a origem das línguas, o estruturalismo inaugurado por Saussure empreenderá primordialmente uma visão sincrônica, interessada no fenômeno linguístico no momento em que se torna observável, o que independe, até certo ponto, do passado histórico e acrescenta, definitivamente, um cunho científico aos estudos gramaticais, uma trajetória diferente da traçada até então.

Desta forma, conservando um olhar sincrônico, voltado para a uma realidade atual, chegamos finalmente ao que de mais moderno temos concernente aos estudos linguísticos: o Gerativismo, oficialmente inaugurado com a publicação, em 1957, da *Syntactic Structures*, de

autoria de Avran Noan Chowsk. Uma ciência moderna em seu olhar, mas ainda na busca de respostas a velhas questões que sempre indagaram os estudiosos ao longo dos séculos: por que tantas e variadas línguas? Todas têm uma mesma origem? Há entre elas semelhanças? O que gerou tantas diferenças? A base para todos esses questionamentos – e muitos outros – provavelmente está na constatação de que todos nós, seres humanos, somos dotados dessa capacidade inata, a de através de uma língua sermos todos perfeitamente capazes de expressar nosso complexo modo de pensar, resultado da nossa relação com o complexo mundo que nos cerca. O que então nos permitiria tal capacidade? A ciência linguística, como veremos, tem provado que há em todas essas línguas uma “arquitetura singularmente semelhante”, uma gramática comum a toda espécie. Haveria, então, uma Gramática Universal, de alguma forma herdada por toda a espécie humana? Ao que nos parece, talvez seja essa uma das principais questões que envolvem – e sempre envolveram – os estudos da linguagem desde o seu início, na antiguidade.

Por fim, para ilustrar os conhecimentos adquiridos nesse percurso, apresentaremos a análise de um texto epistolar, com características de construções intimistas (uma correspondência entre amigos). Para tanto, partiremos de um recorte da temática do padrão sintático do português, a ordem canônica, pela qual, a organização dos termos da oração tende a ocorrer em determinada sequência [Sujeito-Verbo-Objeto (SVO)], o que nos possibilitará entender que mesmo esta ordem dita padrão ou canônica da língua pode apresentar uma peculiaridade adaptativa, fruto da intencionalidade do autor ao optar, majoritariamente, por tal ordenamento em seu texto.

2. A GÊNESIS DO ESTUDO GRAMATICAL

Entre as diversas características que distinguem o ser humano dos demais seres vivos, encontramos na linguagem algo que, de fato, nos torna especiais. Nas palavras de Steven Pinker (*apud*, Koch, 2002, p. 13): “Enquanto você lê estas palavras, está tomando parte de uma das maravilhas do mundo natural. Você e eu pertencemos a uma espécie dotada de uma admirável capacidade, a de formar ideias no cérebro dos demais com esquisita precisão. ”

Ao longo da história humana percebemos que sempre houve uma certa inquietação a respeito da linguagem. De onde surgiram e por que tantas línguas e modos de falar? Uma primeira explicação para esse fato pode ser encontrada na Bíblia Sagrada, precisamente no seu primeiro livro, Gênesis – cerca de 1445-1405 a.C.: “*E era toda a terra de uma mesma língua e de uma mesma fala*”. (Gn 11.1). Segundo relata o texto sagrado, os descendentes do patriarca Noé encontraram um vale na terra de Sinar e ao o habitarem intencionaram edificar ali uma cidade e uma grande torre “*cujo cume toque nos céus.*” (Gn 11.4). A cidade ficou conhecida como Babel* (confusão), pois Deus, vendo que “*não haverá restrição para tudo o que eles intentarem fazer.*” (Gn 11.6), resolve descer e confundir a sua língua: “*porquanto ali confundiu o Senhor a língua de toda a terra e dali os espalhou o Senhor sobre a face de toda a terra.*” (Gn 11.9).

Esse relato bíblico sobre a torre de Babel, para além de sua expressão do orgulho coletivo, ilustra a antiguidade da convicção de uma origem comum para as línguas. O Gênesis "não pretende ser um livro histórico ou científico, no sentido moderno do termo [...]. Mesmo assim, o quadro sociorreligioso traçado por ele reflete a vida no Oriente Médio entre os anos 2000 e 1500 a.C. [...] Procura dar resposta aos grandes enigmas da humanidade: cosmo, vida e morte, bem e mal, indivíduo e sociedade, família, cultura e religião". (in Bíblia Sagrada, Vozes, 1983, pp. 26-27).

As causas da multiplicidade das línguas, a sua mutabilidade, a existência duma língua primitiva, os parentescos linguísticos são questões de longa data, que suscitaram nos estudiosos a busca por respostas científicas.

2.1 O Indo-europeu

Os estudos comparativos da linguagem datam, pois, de milênios atrás. Estudiosos da antiga Grécia e de Roma viram em suas línguas semelhanças que estavam muito além da mera coincidência. As especulações eram muitas e muitas eram também as influências religiosas. Supunha-se, por exemplo, que o latim se originava do grego e este do hebraico, “a suposta língua original cujo dialeto mais antigo Adão teria falado.” Gonçalves e Basso (2010, p.12).

A partir do século XV com o início das grandes navegações e a consequente descoberta de novos povos – e suas línguas – o interesse pelas línguas orientais ganhou notoriedade, seja pelo intenso comércio que se instalou ou pelo interesse colonialista por parte dos europeus. Essas similaridades adquiriram forma sistemática quando William Jones (1746-1794), juiz da suprema corte de Bengala, na Índia (na época dominada pela Inglaterra) descobriu pela primeira vez diversas semelhanças entre línguas como o sânscrito, grego, latim, persa, galês entre outras. O seu discurso em 1788, na Sociedade Asiática, marca o início da Linguística Histórico - Comparativa. Para Gonçalves e Basso (2010, p.13):

O sânscrito, sem levar em conta a sua antiguidade, possui uma estrutura maravilhosa: é mais perfeito que o grego, mais rico que o latim e mais extraordinariamente refinado do que ambos. Mantém, todavia, com estas duas línguas tão grande afinidade, tanto nas raízes verbais quanto nas formas gramaticais, que não é possível tratar-se do produto do acaso. É tão forte essa afinidade que qualquer filólogo que examine o sânscrito, o grego e o latim não pode deixar de acreditar que os três provieram de uma fonte comum, a qual talvez já não exista.

A esse conjunto de línguas que guardam entre si similaridades muito fortes deu-se o nome de família das línguas indo-europeias. A língua arcaica, origem de todas essas, foi chamada de proto-indo-europeia (PIE), a qual, na verdade, designa uma língua hipotética, porque não há registro algum que comprove a sua existência como língua de uma comunidade de falantes. Os estudiosos têm constatado que são tantas as semelhanças, como por exemplo, na gramática e no vocabulário das línguas indo-europeias, que o acaso não explica – há teorias que consideram essas semelhanças simples empréstimos e não parentesco – o que provaria uma origem comum. A título de exemplo, há semelhanças quanto à grafia de palavras que denotam parentesco, como “pai”: *pater* (em latim), *pitar* (em sânscrito), *father* (em inglês), *vater* (em alemão) ou “irmão”: *bhratar* (sânscrito), *frater* (latim), *brother* (inglês); em português temos a palavra “fraternal”, de origem latina. No aspecto gramatical, as semelhanças – já de muito conhecidas – ocorrem, por exemplo, entre o latim e o grego que apresentam sistema de caso nominal.

Há, notadamente, muitas diferenças entre tais línguas e, também, entre elas e a sua ancestral. A explicação que se encontra na linguística comparativa seria a ocorrência de um longo período de dialeção ao longo de muitos séculos, o que justifica essas diferenças e igualmente leva à constatação de que o PIE foi uma língua usada há muito tempo, por isso recebe a denominação “arcaica”.

Embora não seja mais falado e nem haja vestígio de textos em PIE – considera-se que

*"Babel" que significa "porta do céu" é interpretado na etimologia popular, como confusão" (Bíblia Sagrada. Ed. Vozes, 1983, p. 39).

os povos que fizeram uso dessa língua eram ágrafos – a sua reconstituição se dá pela comparação e aplicação de regras fonéticas ditas estáveis sobre segmentos sonoros – os possíveis cognatos – encontrados na família de línguas indo-europeias. Esses estudos minuciosos ganharam mais impulso na primeira metade do século XIX, na Alemanha, com as pesquisas e formulações de teorias de Franz Bopp (1791-1867), Friedrich Schlegel (1772-1829), os irmãos Jacob (1785-1863) e Wilhelm Grimm (1786- 1859) entre outros pesquisadores.

Mesmo antes de se ver respondida a questão das famílias linguísticas, o estudo das línguas nacionais e a conseqüente sistematização de suas estruturas já era uma realidade após a constituição dos Estados Nacionais: "O século XVI, como século em que se constituíram os Estados Nacionais da Europa Ocidental, proporcionou condições histórico-sociais muito favoráveis a um desenvolvimento dos estudos filológicos, com especial relevo para o domínio da linguagem vulgar. Sentiu-se a necessidade de elaborar dicionários e gramáticas das diferentes línguas nacionais recém-estudadas" (IORDAN, 1962, p.13).

A elaboração das gramáticas das línguas nacionais europeias teve como modelo principal a gramática latina, mormente as de Donato (séc. IV) *Ars Grammaticae* e a de Prisciano (séc. V) *Institutiones Grammaticae*. Por sua vez, essas gramáticas seguiram a tradição alexandrina, representada pelos filólogos da Biblioteca de Alexandria (séc. III a.C.), com suas exegeses das obras dos poetas gregos, e por Dionísio de Trácia (II a.C.), autor da primeira gramática do Ocidente, *Techné grammatiké*.

2.2 Os gregos

Inaugurado na Grécia antiga, o estudo do que vem a ser gramática como a percebemos hoje foi inicialmente baseado na lógica filosófica da época, o que, naturalmente, afasta tal estudo de uma visão científica da língua, pois para os gregos a questão filosófica essencial da linguagem estava centrada na distinção entre pensamento e linguagem. Lyons (1979) destaca que:

[...] os filósofos gregos discutiam se o que regia a língua era a “natureza” ou a “convenção”. Essa oposição da “natureza” e da “convenção” era um lugar-comum da especulação filosófica. Dizer que uma determinada instituição era natural equivalia a dizer que ela tinha sua origem em princípios eternos e imutáveis fora do próprio homem, e era por isso inviolável: dizer que era convencional equivalia a dizer que ela era o mero resultado do costume e da tradição, isto é, de algum acordo tácito, ou contra o social”, entre os membros da comunidade – “contrato” que, por ter sido feito pelos homens, podia ser pelos homens violado. LYONS (1979, p. 4).

A discussão filosófica grega sobre o que regia a língua – natureza ou convenção – reverbera ainda em nossos dias. Os questionamentos sobre o conhecimento humano foram primeiro levantados pelo grande filósofo da antiguidade Platão (Atenas entre 428/427 e 348/347 a.C.) e ficaram conhecidos como “o problema de Platão”. Neles, o mestre filósofo da antiguidade expressa a sua perplexidade diante da capacidade humana de adquirir e acumular conhecimento, apesar de uma vida tão breve.

O filósofo inglês do século XX Bertrand Russel buscou representar com clareza a inquietação de Platão, elaborando algumas questões:

Como é possível a nós humanos adquirirmos tantos conhecimentos, se vivemos tão pouco tempo e temos experiências tão fragmentadas com o mundo?

Por que será que os seres humanos, cujos contatos com o mundo são breves, pessoais e limitados, são capazes de saber tanto quanto sabem?

De onde vem a capacidade humana de construir conhecimento de maneira tão rápida e precisa, se as evidências a que somos expostos no mundo são tão difusas e incompletas? BERTRAND RUSSEL (*apud* KENEDY e LIMA, 2013, p. 84).

“O problema de Platão”, portanto, residia na origem do conhecimento humano: como pessoas como nós, individual ou coletivamente, somos capazes de aprender e acumular tanto conhecimento em um tempo de vida limitado? Questões como esta, envolvem também a questão linguística, muito bem identificada no conhecido “diálogo de Crátilo”, no qual Platão estabelece um diálogo entre duas personagens, Teeteto e Hermógenes, entre os quais há o seguinte debate: qual a relação entre a palavra e a coisa? Crátilo, o filósofo, intenta resolver o problema, mas o diálogo não pode chegar a uma conclusão com respeito a aporia (em filosofia, dificuldade ou dúvida racional) da diferença entre linguagem e realidade. No entanto, ainda que não exploremos a resposta que Platão elaborou para seu problema, pois faz parte do sistema místico-filosófico, cabe destacar que elas podem ser encontradas na sua doutrina do mundo das ideias. Kenedy e Lima (2013, p. 85).

A indagação platônica quanto ao que rege a língua é percebida nos dias atuais como a origem da competência linguística nos indivíduos humanos. Como crianças com apenas 2, 3 ou 4 anos de idade, com pouco contato com a língua em seu ambiente social e sem possuir ainda um sistema neurológico completo, são capazes de desenvolver conhecimento, ou melhor, uma competência linguística? Por que essa competência, aparentemente, só se manifesta nos humanos e não em outros seres? Assim, podemos concluir que o problema de Platão nos desperta a atenção para o conhecimento humano compartilhado socialmente – a aquisição da linguagem ocupa apenas uma fatia –, ou seja, este só é possível a um organismo preparado, ou melhor, capacitado geneticamente para aprender.

Voltando ao passado, vemos que o debate sobre esse tema acabou por se estender por vários séculos, influenciando fortemente os estudos sobre a origem da língua, sua natureza e relação entre palavra e significado. Vejamos um pouco sobre esses estudos.

Entre as escolas que mais se dedicaram ao estudo da língua está a dos estóicos. Para eles a língua era fundamental para a lógica, foram eles que fizeram a primeira distinção entre forma e significado; ou seja, *significante* e *significado*, o que seria sistematizado, ganharia forma de estudo científico desvinculado da filosofia, apenas no início do século XX, com os estudos desenvolvidos pelo linguista Ferdinand de Saussure, como veremos mais adiante.

A continuidade dos estudos estóicos ficou a cargo dos gramáticos da escola de Alexandria, a qual nasceu com a criação da sua grande biblioteca, fundada no início do séc. III a.C, sob o reinado de Ptolomeu II. O estudo da língua assumiu um caráter filológico, ou seja, buscavam nos textos antigos - principalmente dos poetas renomados - aquilo que consideravam o “texto original”.

Segundo Lyons (1979), a tradição gramatical da Grécia antiga considerava a língua como simples expressão do pensamento, cujo fim se limitava a nomear objetos no mundo conhecido. Uma gramática que, influenciada pela filologia, buscava nos antigos poetas o que denominavam algo como uma linguagem mais correta. Segundo Saussure (2006):

Esse estudo, inaugurado pelos gregos, e continuado principalmente pelos franceses, é baseado na lógica e está desprovido de qualquer visão científica e desinteressada da própria língua; visa unicamente a formular regras para distinguir as formas corretas das incorretas; é uma disciplina normativa muito afastada da pura observação e cujo ponto de vista é forçosamente estreito. SAUSSURE (2006, p. 7):

Ainda segundo Lyons (1979) duas eram as finalidades de seus estudos: estabelecer e explicar a língua dos autores clássicos e preservar o grego da corrupção por parte dos ignorantes e iletrados. Ocorreu aqui o que o citado autor denominou de “erro clássico” no estudo da língua: primeiro, ao interpretar a língua falada relacionando-a diretamente com a escrita, tende-se a considerar a primeira dependente da segunda o que não é verdade, pois encontramos em diversas partes do mundo povos ágrafos que, como é natural a todo ser humano, possuem uma língua perfeitamente capaz de comunicar pensamentos, sentimentos etc.

O segundo erro ocorreu ao suporem que a língua dos antigos escritores tivesse algum grau de pureza, de superioridade em relação à fala do povo (a coloquial), ou seja, consideravam que a “pureza” de uma língua só poderia ser mantida pelo uso de pessoas cultas e que, por outro lado, a “corrupção” da mesma ocorre pelo uso dos iletrados. Uma vez mais citamos Lyons (1979):

A admiração pelas grandes obras literárias do passado encorajou a crença de que a própria língua na qual elas tinham sido escritas eram em si mais ‘puras’, ‘mais corretas’ do que a fala coloquial corrente de Alexandria e de outros centros helênicos. Desde o início, a cultura linguística grega se interessou sobretudo pela língua escrita. [...] na medida em que se percebia alguma diferença entre a língua falada e a língua escrita, a tendência era sempre considerar a primeira como dependente e derivada da segunda. O segundo erro de concepção inerente à abordagem alexandrina do estudo da língua era a suposição de que a língua dos escritores áticos do séc. V a.C. era mais ‘correta’ do que a fala coloquial do seu tempo: e, em geral, a suposição de que a ‘pureza’ de uma língua é mantida pelo uso das pessoas cultas e ‘corrompida’ pelos iletrados”. LYONS (1979, pp. 9 e 10).

A questão envolve primeiramente o prescritivismo, a grande admiração que os gramáticos gregos nutriam pelos poetas da antiguidade, principalmente Homero, símbolo de valores culturais helênicos que deveriam ser divulgados (Conto, 2011). Tal pensamento, de certa forma, induziu os estudiosos a considerar que a natural mudança – não compreendida por eles e que ocorre como sabemos pelo uso no decorrer do tempo e pelo surgimento novas necessidades de expressão – tratava-se de uma “contaminação” linguística que, como julgavam, tinha a sua origem nos iletrados. Posicionamentos como esse podem causar desvio, uma verdadeira “contaminação” no entendimento desse fenômeno tão humano que é a linguagem. Caso optassem pelo entendimento de que o grego – como qualquer outra língua – sofre variações ou mesmo evoluções possivelmente teriam dado início aos estudos da mudança linguística, os quais só foram iniciados no século XIX, com os neogramáticos.

Um contraponto importante aqui é a formação literária latina. Sabemos da influência cultural que a Grécia exerceu sobre Roma e neste quesito está Horácio, ou seja, a modalidade de seus *Sermones*, que viria a influenciar a literatura romana, nesta época, ainda em formação. Como comenta Iannes (1998/1999): “Os primeiros autores, que nem mesmo eram cidadãos romanos, entregavam-se às mais diversas experiências, como que brincando com a linguagem, numa descoberta feita de criatividade e de espírito inovador.” (IANNES, 1998/1999, p. 250). Tal “experiência”, segundo o mesmo autor, concretizada por uma linguagem literária “muitas vezes, bem próxima da fala”, resultaria, na literatura, em uma estilização da própria língua falada. Dessa forma, textos como a sátira romana primitiva acabaram por ser caracterizados como *sermo pedestris*, ou seja, uma linguagem trivial, de uso diário entre os romanos.

Mas a partir do século I a.C., com a efervescência cultural que se instalou em Roma, muito por influência grega – e dos grandes debates acadêmicos, que envolviam a gramática – pouco a pouco a eloquência assumiu papel de relevante importância na literatura, iniciando, assim, as divergências entre língua literária e falada. Citando, ainda, Iannes (1998/1999):

Cícero, por exemplo, levanta e distingue, com acuidade, toda a gama da variedade dos falares: o latim forense, o latim senatorial, o latim cotidiano, entre

outros, e suas modalidades de uso. Noutra direção, Cícero chega mesmo a definir três níveis de enunciação: a prosa quotidiana (*oratio soluta*), a prosa artística (*oratio numerosa*) e a poesia (*oratio uincta*). IANNES (1998/1999, p. 251)

Há, por assim dizer, um ambiente percebido como mais refinado, que faz distinção linguística entre, por exemplo, o latim do homem do campo (*rusticitas*), visto como uma linguagem rústica, um resquício do passado, quando comparado ao *urbanitas*, a fala dos círculos sociais mais elevados em Roma, descrita como culta, correta e educada. Passa-se a construir uma escala de valores que, partindo da *urbanitas* chega à *romanitas* e daí às *latinitas*. É aqui, sob o prestígio da obra de Cícero, que a correção linguística passa a ser associada ao valor estético, logo a literatura passa a ser influenciada e valorizada por um ideal estético, separando-a – como seria natural – da linguagem coloquial.

Retornando aos estudos gramaticais, a Dionísio o Trácio, em sua obra *Techné Grammatiké*, encontramos um bom exemplo do pensamento dominante sobre a linguagem em sua época. Nascido em Alexandria, Dionísio viveu entre 170 e 90 antes de Cristo, aproximadamente. Ocupou-se especialmente com a obra de Homero. Sua gramática, uma das primeiras que se tem conhecimento, datada do final do século II a.C., foi dividida em seis partes. Nela foram acrescentados aos estudos estoicos o advérbio, o particípio, o pronome e a preposição. A sintaxe ainda não fora estudada, o que só ocorreria aproximadamente três séculos adiante, por Apolônio Díscolo. Para Dionísio o conceito de gramática é “[...] o conhecimento prático do uso linguístico comum aos poetas e pensadores”, logo, seria a arte do falar e escrever corretamente (ROBINS, 1979, p. 24). Em seu parágrafo inicial, encontramos a seguinte afirmação: “A Gramática é o conhecimento empírico do que se encontra, na maioria das vezes, nos poetas e nos outros escritores”. Nas palavras de Neves (2002):

[...] trata-se de um estudo que, pelas condições de seu surgimento, se limita à língua escrita, especialmente à do passado, mais especificamente à língua literária, ainda, à grega.”. Tem-se, assim, o surgimento do primeiro manual de gramática, calcado em suas raízes eminentemente literárias, que a distanciavam completamente da língua em seu processo comunicativo. NEVES (2002, p. 49)

2.3 A Ars Grammatica

Como vimos, a *Techné Grammatiké*, de Dionísio, influenciada pelo pensamento prescritivista, tinha como objeto de estudo principal a análise de textos literários da antiguidade. O estudo exaustivo de tais obras levou a uma certa sistematização dos conhecimentos linguísticos (pois ainda influenciada por conceitos filosóficos, restrita ao estudo da língua escrita), originando manuais – como a própria *Techné* – cujo conteúdo atenderia tanto a estudantes como à difusão do conhecimento gramatical e cultural. Para os romanos a expressão

“ars” (trabalho, obra) e daí a *Ars Grammatica*, teria um mesmo sentido que *Techné* para os gregos, ou seja, ambas propõem uma escrita que privilegia definições e exemplos com objetivo didático que, no entanto, diferem no que se refere à estrutura; no modo de abordar temas gramaticais. É nesse espaço, na proposta de criar uma gramática latina, que encontramos Varrão (Marco Terêncio Varrão Lúculo (116–55 a.C) e sua vasta obra (setenta e quatro títulos e seiscentos e vinte livros).

Ao retomar a definição de gramática de Dionísio – “*conhecimento empírico do comumente dito nas obras dos poetas e prosadores.*” –, Varrão revela o conservadorismo presente no pensamento dos estudiosos de então, que, como os seus antecessores gregos, tinham na antiguidade o padrão linguístico que deveria ser estudado. Há, portanto, a manutenção do pensamento helenista no anseio por um falar mais correto e superior aos demais, visto que, como seus antecessores, também não se preocuparam com o estudo das línguas de outros povos com quem tiveram contato, como afirma Leroy (1967):

[...] mesmo a confrontação constante do grego e do latim (em Roma, a sociedade culta era, em grande parte, bilíngüe) foi estéril, esforçando-se os latinos em adaptar servilmente o estudo de sua língua às “regras” formuladas pelos teóricos gregos, cujas idéias nada mais faziam senão retomar e propagar. LEROY (1967, p. 19).

No entanto, em sua obra, *De Lingua Latina* (Sobre a Língua Latina), o primeiro tratado linguístico romano, Varrão faz observações inovadoras ao tratar de assuntos como derivação e flexão (*declinatio naturalis* e *declinatio uoluntaria*), sendo o primeiro a estabelecer tal diferença. Trata, também, do aspecto verbal, das classes de palavras e da morfologia do latim. O *De Lingua Latina* funciona como um código linguístico, ou seja, uma espécie de manual que tem por objeto o falar latim corretamente (a *latinitas*), um tratado sobre norma linguística. Há, portanto, a manutenção do pensamento helenista de um falar mais correto.

Assim, na visão dos gramáticos alexandrinos - e também dos romanos - o ideal de uma língua passava obrigatoriamente pelos grandes escritores do passado; as variações ocorriam, “naturalmente”, entre os iletrados sendo, portanto, necessária a criação de propostas normativas, uma barreira contra uma espécie de “contaminação linguística”, que na verdade estigmatizava tudo o que contrariasse tais regras, pois a chamada “contaminação” não tinha sua origem no falar dos iletrados, mas sim numa clara atitude de preconceito linguístico.

2.4 A Idade Média

O período da Alta Idade Média, ou “Idade das Trevas”, como também é conhecido, dá-se entre séculos V e X, posteriores à queda de Roma (476 d.C.). No lado Oriental do Império

há a continuidade do pensamento grego; do outro lado, o Ocidente buscava perpetuar o latim. Os estudos sobre gramática, como estabelecido na antiguidade, se manteve sem muitas alterações. Há, por parte dos escritores da época, interesse na semântica, sendo a gramática a base da erudição, disciplina essencial para ler e escrever latim de forma correta. Gramáticos da antiguidade como Prisciano e Donato eram muito estimados entre os estudiosos da língua, suas teorias e sistematizações do saber linguístico sofreram poucas alterações. Havia interesse sobre a origem das palavras e é neste espaço que encontramos a obra de Santo Isidoro de Servilha (560 – 630 d.C.), um dos principais escritores eclesiástico da Idade Média. Dentre as suas numerosas obras em latim, interessa-nos as que abordaram a etimologia (cerca de 20 livros), nas quais o autor faz uma reflexão sobre a origem do nome das “coisas”, preocupação essa que se estendia desde a Antiguidade Clássica, com, por exemplo, Quintiliano. O mestre da antiguidade considerava que interpretar o correto sentido de uma dada palavra era, por assim dizer, o caminho melhor para entender a coisa por ela designada; portanto, buscava-se de alguma forma entender o mundo que nos cerca.

Uma observação interessante é notarmos a modernidade do pensamento de Quintiliano. Como vimos acima, no final do século XIX houve principalmente na Alemanha um forte desenvolvimento da filologia, baseado no estudo das palavras de línguas indo-europeias. Buscava-se o seu real sentido – correto, justo. No entanto, só encontraremos semelhante estudo ao de Quintiliano em Ferdinand de Saussure, já no século XX, ao definir sistematicamente signo linguístico – significante (palavra) e significado (coisa designada) – como sendo arbitrários.

Finalizamos esta parte com as palavras de Edson Molinari, que sintetizam bem a obra etimológica de Santo Isidoro:

Santo Isidoro de Servilha amplia a definição clássica da etimologia, considerando-a como chave para explicar o mundo em que vivemos, ou seja, através do perfeito conhecimento das palavras, nós conhecemos os seres que elas designam, nós podemos conhecer todo o universo e dominar todos os campos do saber. MOLINARI (*apud* BRAGANÇA JÚNIOR, 2008, p. 27).

Na Idade Média, como vimos, ocorreram alguns avanços no campo gramatical. Citamos agora Dante Alighieri (1265 – 1321), considerado o maior poeta italiano da Idade Média, autor do conhecido poema épico “A Divina Comédia”, obra de ficção, que tem como pano de fundo sua viagem ao inferno, purgatório e paraíso e encontros com ilustres mortos do passado e de sua época, com os quais discute temas como fé e razão, religião e ciência, amor e paixão. Entretanto, é em seu tratado *De Vulgari Eloquentia* (Sobre a Eloquência em Vernáculo) que o autor faz avanços ao distinguir língua natural (*locutia primaria*) de gramática (*locutia*

secundaria). Esta última, uma língua artificial, adotada pelos mais cultos, seria uma resistência à constante e natural mutação porque passam as línguas naturais.

No capítulo 1, do Livro Primeiro do mesmo tratado, o autor define vernáculo como *“aquela língua que, sem o estudo das regras, aprendemos ao imitarmos nossa ama.”* Dante, adiante do pensamento dominante de seu tempo, identifica e define o que hoje sabemos ser verdade. Todo ser humano nasce dotado da capacidade de se comunicar (ao que Saussure definirá, séculos depois, como linguagem) e que tal capacidade, suportada por uma gramática existente em todas as línguas naturais, possibilita a qualquer ser humano, independente de sua condição social, comunicar-se com seus semelhantes expressando e formando em seus interlocutores pensamentos, ideias. Por outro lado, o mesmo autor considera a gramática como “segunda língua”, algo artificial, criado por povos letrados e que “exige tempo e perseverança nos estudos para o domínio de suas regras”. Porém, apesar de tal percepção e talvez influenciado por dogmas de seu tempo, o grande poeta medieval considera a língua italiana a mais nobre entre as três de origem romana (italiana, francesa e espanhola), por estar mais próxima à gramática e por ser aquela em que são compostos os melhores poemas.

A importância de Dante, com seus apontamentos sobre os dialetos italianos de grande sensibilidade linguística e notável poder de observação filológica, permitiu a Iordan (1962, p.11) a afirmar que “na pré-história da linguística românica, Dante teria sido o primeiro a chamar a atenção para o parentesco linguístico existente entre o francês, o italiano e o provençal ou catalão”.

2.5 O Renascimento

O Renascimento é período de profundas mudanças de pensamento do homem em relação a si, aos seus semelhantes, à religião (a Reforma Protestante, a Contrarreforma, a Inquisição), ao “novo mundo” que o cerca. Valores como a razão (tudo poderia ser explicado pela razão, pela ciência) se opõem à fé; o individualismo (direito individual acima do coletivo), o antropocentrismo (o homem - e não Deus - passa a ser o centro do universo) influenciam o comportamento, o posicionamento do homem renascentista diante da realidade da sua própria vida e do seu futuro. Fatos como as grandes navegações que, além de alterar o eixo econômico do Mediterrâneo para o Atlântico - gerando a decadência do sistema político dominante, o feudal - trouxeram além de riquezas com o comércio a descoberta de novos povos, novos “mundos” e com eles novos valores, modos de viver e também de falar. O mundo não mais se resumia à Europa; ele é maior e mais diverso do que se imaginava. Os estudos gramaticais do latim e do grego são ainda referência, porém são necessárias adaptações à nova realidade

imposta pelas línguas vulgares com suas especificidades, já consolidadas em muitas regiões, que mais tarde dariam origem às diversas línguas dispersas pela Europa. Latim e grego já não eram línguas naturais de ninguém.

Assim, a expansão marítima a partir do século XIV e a consequente necessidade de contato com outras civilizações e suas línguas, seja por interesse econômico ou político (como o domínio de outras terras), despertaram o interesse no aprendizado de línguas não clássicas, já nessa época consideradas “línguas mortas”. Nas palavras de Souza Corrêa (2014, p.68): “[...] ao longo dos séculos XVIII e XIX, o latim e o grego clássico perdem espaço rapidamente para o estudo das línguas vivas”. O ensino do latim continua, mas agora como língua da ciência, fato que se destaca no período do Iluminismo (movimento cultural europeu do século XVII e XVIII, que buscava gerar mudanças políticas, econômicas e sociais na sociedade da época.) com sua revolução científica e se estende até meados do século XIX, quando, segundo Gordin (2015), começa a perder prestígio mesmo em meio à comunidade científica, tendo o seu emprego direcionado a algo mais específico, como a nomenclatura na área da botânica.

A partir do século XIV começam a surgir, na Europa, os Estados Nacionais fruto de um longo processo de unificação que pôs fim ao sistema feudal, inaugurando a era das monarquias nacionais em razão de múltiplos interesses convergentes, tanto políticos como econômicos que envolviam reis, nobreza e burguesia. Tais alianças proporcionaram a consolidação de várias monarquias entre os séculos XII e XV, com destaque para Portugal, Espanha, Inglaterra e França. Mas esse processo não foi simples. A consolidação de um Estado centrado no poder real requer, além da unificação política e da demarcação de um território entre outros, a existência e manutenção de uma língua oficial presente em todo o território e que promova unidade e identidade naqueles que ali vivem. A título de exemplo, no período da União Ibérica (1580 a 1640), que envolveu Portugal e Espanha, o desaparecimento do rei D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir (1578) provocou uma crise de sucessão dinástica. Ele não tinha herdeiros diretos. Após diversos embates na luta pelo poder, com o apoio da nobreza portuguesa, o agora nomeado D. Filipe I, rei da Espanha, foi coroado rei de Portugal, acumulando o trono das duas nações. Uma das consequências desse fato foi o plurilinguismo em terras portuguesas: nas escolas, o latim (como língua clássica; modelo para os estudos gramaticais), entre o povo, o português e na corte, o espanhol. Citando Paul Teyssier, em sua História da Língua Portuguesa:

Entre meados do século XV e fins do século XVII o espanhol serviu como segunda língua para todos os portugueses cultos. Os casamentos de soberanos portugueses com princesas espanholas tiveram como efeito uma certa ‘castelhanização’ da corte. Os sessenta anos de dominação espanhola (1580-1640),

que se situam no período mais brilhante do “Século de Ouro”, acentuaram esta impregnação linguística. TEYSSIER (1982, p. 32).

Enquanto nas ruas e vilarejos se falava o português, o espanhol, nas palavras de Silva Filho (2019) “*ocupa a corte portuguesa e compartilha, em território lusitano, a pena de seus escritores.*”. E é assim que de uma visão filosófica da gramática que contemplava a manutenção de valores de um povo, chegamos à língua como identidade de uma nação. Tal é a importância desse fato que encontramos nos prefácios das primeiras gramáticas da língua portuguesa uma verdadeira defesa da língua e isso em uma época anterior à União Ibérica. Vejamos o posicionamento de alguns dos primeiros e principais autores dessa época:

- 1536 – **Fernão de Oliveira**, *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*. Segundo o autor, a sua gramática era uma "primeira anotação da língua portuguesa". “O objetivo primordial da publicação deste compêndio foi de perpetuar a memória da língua portuguesa.”. Segundo Oliveira (1975, p. 38, apud ARAÚJO e BARBUTO, 2012, pp. 96, 97): “[...] a linguagem é figura do entendimento, e assim é verdade que a boca diz quanto lhe manda o coração, e não outra coisa”, desta forma, a gramática é caracterizada pelo autor como a “a arte que ensina a bem ler e falar”. Fica claro que além de buscar uma sistematização linguística tornando-a mais coesa, está a identidade da nação marcada por um só modo de falar.

- 1540 – **João de Barros**, *Grammatica da Lingua Portuguesa*. Segundo BUESCU (1978), ao posicionar-se a favor da língua portuguesa, o autor lança mão de alguns aspectos, a fim de ratificar a relevância do idioma frente ao castelhano:

A posição de João de Barros no que respeita a este ponto [o louvor da língua portuguesa], parece que se insere na polémica mais ou menos latente durante os séculos XVI e XVII entre os decididos apologistas da língua nacional e os que reconheciam a superioridade da castelhana como língua de maior circulação, expressividade e riqueza. Contra esses, opõe-se vigorosamente João de Barros, atribuindo à língua portuguesa, como qualidades essenciais, riqueza vocabular, conformidade com o latim, gravidade e majestade, sonoridade agradável, capacidade de exprimir ideias abstractas, possibilidade de formação de novos vocábulos. BUESCU (1978, pp. 45 e 46).

- 1574 - **Pero de Magalhães de Gândavo**: *Regras que ensinam a maneira de escrever a hortografia da língua portuguesa com um diálogo que adiante se segue em defesa da língua portuguesa*. O título da obra já revela a intenção do autor de fazer uma defesa da língua portuguesa.

Após a publicação da gramática de Fernão de Oliveira, seguiram-se outras obras com foco na língua portuguesa, mas de modo geral, segue-se o modelo gramatical clássico de influência renascentista, e o latim ocupa lugar de destaque, figurando como ponto de referência. Sobre esse tema, Labourdette (2003), assinala:

Até 1536, a maior parte das suas peças [de Gil Vicente] foram escritas em castelhano, de tal forma que os meios intelectuais portugueses se inquietaram com o facto, no momento em que o país fazia a conquista dos oceanos e eregia [sic] a maior talassocracia (*império de uma nação sobre o mar*) do mundo. Daqui resultou a preocupação de fazer de uma língua vernácula uma língua de cultura que nada tivesse a invejar ao idioma predominante. LABOURDETTE (2003, pp.230-231, *apud* PASSERINI, 2019, p. 79).

2.6 A Gramática de Port-Royal

Esse quadro começou a mudar a partir do século XVII, com a publicação, na França em 1660, da Gramática de Port-Royal (GPR), ou Gramática Geral e Razoada (*Grammaire générale et raisonnée contenant les fondemens de l'art de parler, expliqués d'une manière claire et naturelle*, i.e. Gramática geral e razoada contendo os fundamentos da arte de falar, explicados de modo claro e natural), de autoria dos monges jansenistas Antoine Arnauld e Claude Lancelot. Já havia a clara percepção de uma crescente valorização das línguas modernas da Europa e o declínio na valorização do latim.

O cunho científico, mesmo que ainda marcado por algumas ideias clássicas como a “arte de falar”, começa a mudar o rumo dos estudos linguísticos. Petter (2002) esclarece que a Gramática de Port-Royal

[...] demonstra que a linguagem se funda na razão, é a imagem do pensamento e que, portanto, os princípios de análise estabelecidos não se prendem a uma língua particular, mas servem a toda e qualquer língua. (PETTER, 2002, p. 12).

A obra centra sua atenção sobre as regularidades das línguas. Para os autores, a gramática é entendida como um compêndio de regras que norteia o uso da língua, resultando daí processos mentais universais. Quatro séculos mais tarde, percebemos a influência deste pensamento na Gramática Gerativo-Transformacional de Noam Chomsky.

Os autores avançam ao proporem não só um estudo filosófico da linguagem, mas também racional. Esse processo, ao que nos parece, tem também um fundo político. Ocorria na França da época a necessidade de fortalecer o Estado, uma vez que a Europa passava por transformações profundas, surgiam novos países, sendo que a institucionalização de uma língua comum era necessária à identificação desses como nação. A criação da Academia da Língua Francesa, por iniciativa do cardeal Richelieu (1545 a 1642), atenderia a essa necessidade uma vez que a elite passou a fazer uso do francês em situações antes reservadas ao latim; era o

avanço das línguas vernáculas que ocorria em toda a Europa. Até então, o latim e o grego, principalmente o primeiro, serviam de parâmetro linguístico, porém, com a constituição dos Estados Nacionais tornou-se inevitável a criação de regras que normatizassem a atividade linguística, visando fortalecer e imprimir ordem ao Estado francês.

Por não se prenderem mais às línguas clássicas (latim e o grego) como modelo para o estudo das línguas vernáculas, os autores rompem com uma tradição milenar e abrem a porta para um estudo da linguagem que, conforme Molina, 2014 (*apud* Paiva, 2021, p. 306) começa a tomar cunho científico, ao aliar a pedagogia do ensino de línguas às noções de lógica passíveis de serem aplicadas por uma gramática geral, a qual, segundo VIEIRA, 2018 (*apud* Paiva, 2021, p. 308) “[...] foi produzida na esteira da renovação pedagógica e ideológica do Iluminismo e tinha como objetivo promover a articulação entre língua e razão por meio da delimitação dos princípios gerais ou universais e dos princípios particulares de cada língua.”

Ao adotarem em sua obra um estudo de base racionalista – influenciados pelo movimento Iluminista – os autores avançam ao vislumbrarem o que mais tarde seria considerado discurso, não se limitando à investigação da escrita como ocorria há séculos. A proposta era de uma gramática que se situava nos usos que os falantes faziam da sua língua. Arnauld e Lancelot debruçaram-se sobre a questão da significação das palavras - caminho oposto ao empreendido até então, cujo interesse limitava-se ao aspecto estilístico, ou seja, um outro modo de descrever os usos de uma língua.

Um outro aspecto que revela o avanço da GPR reside na discordância do conceito de bom uso da língua com ênfase no que era mais superficial - o estilo -, sem considerar os fundamentos da linguagem. Nas palavras de Paiva (2021):

Já no prefácio, os autores demarcam a preocupação com o “bom uso” da língua, encapsulado na palavra. Entretanto, o que eles entendem por “bom uso” diz respeito não ao “bel usage”, mas ao conhecimento das razões que subjazem aos usos, a uma reflexão embasada numa ciência linguística interessada em elucidar, mediante o clima da época, como falar e escrever de modo a não menosprezar a perfeição que convém ao homem. PAIVA (2021, p. 310).

Logo, para os autores da GPR a gramática vai muito além da estilística, uma vez que é ela quem, com seus mecanismos - as suas regras -, torna possível os modos de significar a realidade. Para os autores, a expressão do pensamento segue um padrão normativo que lhe confere o bom uso da linguagem, o que, porém, não está fixado no padrão de uso dos escritores renomados, mas na construção de frases que atendam com clareza ao que se deseja expressar.

A idealização do certo e do errado, do puro e do impuro, de que as contaminações linguísticas residiam em meio aos pobres e iletrados induzem a um entendimento equivocado

do que é linguagem, muito embora, devemos reconhecer, que para os antigos o ensino da gramática tinha objetivo pedagógico, de ensino escolar como forma de manutenção da cultura, daí a preocupação com a manutenção de um determinado padrão estético, entendimento este, que só veio a ser questionado, como vimos, com a GPR.

A influência da GPR ainda repercute nos dias atuais, pois entendemos que as normas são necessárias, não há dúvidas, são elas que descrevem a variedade padrão estabelecida pela sociedade, portanto, essencial à comunicabilidade. Como declara Travaglia:

Por muito tempo a gramática normativa foi baseada exclusivamente na variedade de língua que chamamos “padrão e culta”. Esta variedade foi eleita pela sociedade como sendo a melhor forma de língua não por critérios linguísticos, mas, sobretudo, por um critério *elitista*, porque era o modo como os grupos sociais de maior prestígio (político, econômico e cultural) usavam a língua. TRAVAGLIA (2007, p. 74).

Desta forma, o processo de estudo da linguagem esteve por muito tempo influenciado pelas regras dos gramáticos, que buscavam de alguma forma controlar ou mesmo determinar como deveria ocorrer o uso da linguagem, normatizando-a, de modo a produzir o considerado melhor. Buscava-se a estética – com fim pedagógico, mas não a ciência. Tomamos mais uma vez Travaglia (2007):

Antigamente a gramática normativa era constituída por uma série de recomendações do que usar, de proibições de uso de outros elementos da língua. O que se podia usar era o que estava de acordo com a norma culta e era o “certo” e o que não se podia usar era o que não estava de acordo com a norma culta e era “errado”. Hoje a gramática normativa é mais uma atitude de despertar a consciência de que a língua apresenta muitas variedades e que, devido às regras sociais, é mais adequado ou menos adequado usar a língua de um modo ou de outro, conforme a situação de interação em que estamos. TRAVAGLIA (2007, p. 75).

Desta forma, podemos concluir que os primeiros estudos ligados à gramática contribuíram principalmente para o entendimento de que as línguas não são estáticas. Assim como aqueles que delas fazem uso, há uma constante e inevitável evolução sempre adaptando-se às necessidades comunicativas, logo, uma visão prescritivista carregada de algum grau de estigma a tudo que fugisse a um padrão estabelecido, acabou, como se poderia esperar, por afastar os primeiros gramáticos do conhecimento sistematizado (embora o objetivo primaz não fosse esse, mas o pedagógico), da ciência que estuda e busca entender a linguagem em suas diversas formas de realização, da gramática que, agindo como um mecanismo bem estruturado, suporta a linguagem existente em todos nós.

3. O NASCIMENTO DA CIÊNCIA LINGÜÍSTICA

Retomando ainda um pouco do passado, consideremos que, se por um lado, nos estudos gramaticais da Idade Média predominava o pensamento de que língua era instrumento de análise da realidade, o que justifica a importância que davam à análise do significado contido no signo (palavra) e sua relação com a ideia evocada e aquilo que representa no mundo, por outro (ou em complemento àquele) para os mestres de Port-Royal o “objetivo era demonstrar que a estrutura da língua era um produto da razão, e que as diferentes línguas eram apenas variedades de um sistema lógico e racional mais geral”. Lyons (1979, pp. 17-18).

Desta forma, a Gramática de Port-Royal marca o nascimento da mais importante corrente de estudos linguísticos do século XVII, dando origem à comparação e classificação das línguas. Os estudos históricos da linguagem com um viés comparatista foi se tornando cada vez mais consistente, abrindo caminho para uma ciência linguística. Nas palavras de Saussure (2006):

A matéria da Lingüística é constituída inicialmente por todas as manifestações da linguagem humana, quer se trate de povos selvagens ou de nações civilizadas, de épocas arcaicas, clássicas ou de decadência, considerando-se em cada período não só a linguagem correta e a “bela linguagem”, mas todas as formas de expressão. SAUSSURE (2006, p. 13).

Saussure (2006), ao traçar uma visão geral da história da linguística, destaca três momentos. O primeiro

[...] inaugurado pelos gregos, e continuado principalmente pelos franceses, é baseado na lógica e está desprovido de qualquer visão científica e desinteressada da própria língua; visa unicamente a formular regras para distinguir as formas corretas das incorretas; é uma disciplina normativa muito afastada da pura observação e cujo ponto de vista é forçosamente estreito. SAUSSURE (2006, p. 7).

No segundo momento, ressalta o trabalho histórico comparativo da filologia:

[...] este primeiro estudo a leva a se ocupar também da história literária, dos costumes, das instituições, etc. SAUSSURE (2006, p. 7).

Impondo, porém, uma questão:

[...], mas nesse domínio a crítica filológica é falha num particular: apega-se muito servilmente à língua escrita e esquece a língua falada; aliás, a Antiguidade grega e latina a absorve quase completamente. SAUSSURE (2006, p. 7).

O último momento diz respeito à publicação, em 1816, da obra intitulada Sistema da Conjugação do Sânscrito, de Franz Bopp, na qual o autor relata semelhanças significativas que unem o sânscrito ao germânico, ao grego e ao latim, dando origem à Gramática Comparada. Entretanto, Saussure (2006) não considera que este seja o campo de investigação da linguística.

Tal escola, porém, que teve o mérito incontestável de abrir um campo novo e fecundo, não chegou a constituir a verdadeira ciência da Lingüística. Jamais se

preocupou em determinar a natureza do seu objeto de estudo. Ora, sem essa operação elementar, uma ciência é incapaz de estabelecer um método para si própria. SAUSSURE (2006, p. 8).

Assim, a linguística como ciência tem seu campo de estudo - ou sua tarefa, nas palavras do renomado linguista - relacionado a três aspectos:

- a) fazer a descrição e a história de todas as línguas que puder abranger, o que quer dizer: fazer a história das famílias de línguas e reconstituir, na medida do possível, as Língua mães de cada família;
- b) procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história;
- c) delimitar-se e definir-se a si própria. SAUSSURE (2006, p. 13).

3.1 O início da Linguística moderna

No século XX, precisamente em 1916, ano da publicação da obra “Cours de linguistique générale”, do suíço Ferdinand de Saussure, a Linguística Moderna inicia sua trajetória como ciência. Publicada postumamente - a primeira edição foi fruto das anotações de dois de seus alunos (Charles Bally e Albert Sechehaye), gerando aí certo grau de crítica, levando em conta que anotações de alunos podem não expressar todo o pensamento do professor -, viria a ser revolucionária mudando o paradigma de reflexão da linguagem ao mudar a perspectiva teórico-metodológica. Se os estudos até então desenvolvidos buscavam na diacronia o relacionamento externo entre palavras (signos) e aquilo que elas denominavam, Saussure irá buscar na sincronia uma perspectiva teórico-metodológica de investigação, o estruturalismo. Vejamos, então, alguns dos princípios básicos que o norteiam.

Como vimos, até o século XIX o interesse no campo do estudo da linguagem estava voltado para o aspecto histórico. É nessa fase que a comparação com as diferentes línguas focava na descoberta das relações entre elas, qual era o grau de parentesco. Buscava-se a reconstituição de uma “língua mãe”, origem das outras. Assim, o estudo da língua ainda mantinha seus olhos voltados para o passado, numa visão diacrônica, externa ao sistema linguístico, com vistas a entender a sua evolução no tempo, ao que Saussure chama de sucessividade.

A Linguística externa pode acumular pormenor sobre pormenor sem se sentir apertada no torniquete dum sistema. Por exemplo, cada autor agrupará como lhe aprouver os fatos relativos à expansão duma língua fora de seu território. SAUSSURE (2006, p. 31).

Acrescente-se, ainda, as observações de Cortina e Marchezan (2011) que alertam para o fato de que a língua, constantemente, sofreu e ainda sofre influência de fatores externos, logo, também externos ao sistema linguístico:

[...] ao se observar o fenômeno linguístico segundo a perspectiva diacrônica, leva-se em consideração fatores externos ao sistema da língua que acabam agindo sobre ela. O fato, por exemplo, de o português apresentar morfemas e lexemas de origem árabe não é um fenômeno de transformação interna do sistema, mas sim devido à invasão dos povos árabes na Península Ibérica, o que é um fator histórico externo ao funcionamento do sistema. CORTINA e MARCHEZAN (2011, p. 19).

Para Saussure (2006), no entanto, a língua também pode ser estudada por um outro olhar, o da sincronia, sob a perspectiva da simultaneidade. O foco se desloca do que é externo – a evolução de um fenômeno linguístico localizado na linha do tempo – para o que é interno numa língua, para o sistema que a rege. Ou seja, observa-se determinado fenômeno linguístico considerando o conjunto de regras ali existentes num dado momento, o que, naturalmente, elimina o fator histórico evolutivo. Vejamos, ainda, Saussure (2006):

No que concerne à Linguística interna, as coisas se passam de modo diferente: ela não admite uma disposição qualquer; a língua é um sistema que conhece somente sua ordem própria. SAUSSURE (2006, p. 31).

A título de exemplo, tomemos o seguinte comentário do professor Franch (1991), sobre o desacordo existente quanto à marca da pluralidade nas modalidades culta e coloquial, referidas nas frases “*os dois irmãos espertos*”, da modalidade culta e “*os dois irmão esperto*”, da modalidade coloquial:

Observa-se que, em um sintagma nominal complexo, a modalidade coloquial se contenta em assinalar morfologicamente a pluralidade em um só de seus constituintes (sem considerar a pluralidade inerente a ‘dois’). Nisso ele se distingue claramente da modalidade culta. Mas também se seguem “regras”; não é qualquer constituinte que pode receber a marca de pluralidade; esta incide, praticamente sem exceções, sobre o primeiro determinante compatível com essa marca.

Por isso, das quatro expressões acima, somente (a) – ‘os dois irmão esperto’ – está autorizada pela gramática do aluno [...]

Estar em desacordo com a regra gramatical não significa, pois, ser uma expressão excluída por não pertencer a uma “norma-padrão”, de natureza social, mas ser excluída pela gramática linguística do falar próprio de uma comunidade. FRANCH (1991, pp. 28 e 29).

Não há dúvida de que ocorrem diferenças entre as modalidades culta e a coloquial. A inquietação gerada por essas diferenças carece de respostas, sabemos não simples, que promovam mudanças de pensamento, de conceitos, de atitudes, a começar pelo necessário reconhecimento da existência de princípios e regras em ambas as modalidades, como nos instrui Saussure (2006, p. 31): “[...] a língua é um sistema que conhece somente sua ordem própria.” As engrenagens, ou as gramáticas, funcionam de outra forma; são diferentes, porém, perfeitamente funcionais.

Assim, o estudo sincrônico para Saussure não despreza a historicidade linguística (a diacronia), aplica-se, antes, ao estudo da língua em seu estado atual, contemporâneo à nossa

atual realidade; são, na verdade, duas formas de abordar um mesmo objeto de estudo, porém, cada uma com o seu objetivo próprio.

As dicotomias que dão base ao estruturalismo não se encerram na sincronia e na diacronia, como vimos acima. Vejamos mais algumas.

3.2 Língua e fala

Para Saussure a linguagem é constituída de língua e fala, as quais não se confundem. Tomemos o seu exemplo, a palavra “nu”, que poderia ser estudada por aspectos diferentes. Como som (aspecto físico e também fisiológico); como expressão de uma ideia (aspecto psicológico); ou como correspondente do latim *nudum* (aspecto histórico). Dessa forma, afirma que “[...] o objeto não precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria objeto”. Saussure (2006, p. 15). Acrescenta, ainda, o fato de que o fenômeno linguístico é constituído, sempre, por duas faces, ou seja, de dualidades, as quais são:

- 1) as sílabas são o resultado da articulação dos órgãos vocais e da impressão acústica percebida pelo ouvido, assim, um não existe sem o outro.
- 2) o som, como descrito acima, é apenas instrumento do pensamento e deste depende para ter sentido. SAUSSURE (2006, p. 16).

A título de exemplo, imaginemos uma “pseudo palavra” como “*asac*” (*casa* grafada ao contrário). Possui som? Com certeza. Mas que é um som sem significado? Nada. Apenas barulho. Daí a necessidade de que junto ao som esteja a correspondente ideia, resultando em sentido, em comunicação. Este é, na verdade, o conceito de signo linguístico e seus constituintes, o significante (som) e o significado (ideia), que veremos mais detalhadamente abaixo.

Há de se acrescentar, ainda, que a linguagem possui:

- 3) um lado individual, a forma como cada indivíduo a realiza, e um lado social, a forma como é produzida (e reproduzida) socialmente, sendo impossível conceber um sem o outro; e finalmente
- 4) a cada instante, a linguagem implica ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução: a cada instante, ela é uma instituição atual e um produto do passado. SAUSSURE (2006, p. 16).

Língua também não se confunde com linguagem. Enquanto a linguagem é uma faculdade natural a todos os seres humanos, a língua caracteriza-se por ser produto social, realizável no ambiente social e por meio de regras (um conjunto de convenções) que, ao serem necessariamente adotadas pelo corpo social permitem o exercício daquela faculdade nos indivíduos. Por exemplo, vimos acima que não há correspondência entre a pluralidade na modalidade coloquial e culta; cada uma tem as suas próprias regras. O não gramatical, em

ambas as modalidades, corresponde ao não atendimento às regras gramaticais socialmente aceitas em cada uma.

Se a língua é produto social, essencial, que corresponde ao próprio sistema de regras, o qual determinará o emprego de sons, das relações sintáticas e semânticas resultando na produção de significado - por isso é objeto de estudo da linguística, pois “...somente a língua parece suscetível duma definição autônoma e fornece um ponto de apoio satisfatório para o espírito.” SAUSSURE (2006, p. 16). A fala, por seu turno, é individual, um produto acessório, fruto da inteligência humana, uma vez que é o falante quem determina quais combinações utilizar com o fim de exteriorizar seu pensamento, sendo esta a sua principal característica que, porém, ao nosso ver, está limitada ao que é lhe é socialmente imposto, às regras sociais.

Acrescente-se, ainda, que ao definir língua como sistema de regras introduz importante ponto de sua proposta teórica: a língua é um sistema de valores; cada elemento é definido em oposição ao outro. Se, por exemplo, considerarmos o sistema fonológico do português, veremos que /b/ e /m/ ocupam a mesma posição quanto ao ponto articulatorio; ambas são bilabiais, diferem ou se opõem, porém, quanto ao modo de articulação, sendo a primeira uma oclusiva e a última uma nasal. Assim, um elemento é tudo o que os outros de seu sistema não são.

3.3 Signo linguístico

Retornando à antiguidade, à discussão entre os filósofos gregos referente ao que regia a língua, se a natureza ou a convenção, lembremos, mais uma vez, LYONS (1979):

[...] os filósofos gregos discutiam se o que regia a língua era a “natureza” ou a “convenção”. Essa oposição da “natureza” e da “convenção” era um lugar-comum da especulação filosófica. LYONS (1979, p. 4):

Este debate, como vimos, acabou por se estender por vários séculos bem como o entendimento de que a relação entre palavra e significado era exterior ao ser humano. Sendo natural “equivale a dizer que ela tinha sua origem em princípios eternos e imutáveis fora do próprio homem”; sendo convencional “equivale a dizer que ela era o mero resultado do costume e da tradição.” (LYONS, 1979, p. 4). Portanto, também exterior ao homem. Segundo Corrêa (2010):

A Antiguidade Clássica começa no século VIII a. C. e sabe-se que, já nessa época, os gregos reconheciam que as palavras mudavam ao longo do tempo (embora vissem a etimologia como uma busca pelo verdadeiro sentido das palavras, perdido ao longo do tempo).

No Crátilo, de Platão (427–347 a. C.), uma questão de grande importância para os estudos linguísticos é levantada: a arbitrariedade, i.e., se a linguagem é natural ou convencional. CORRÊA (2010, p. 116).

Vemos, portanto, que tal dicotomia (natural ou convencional) já era de conhecimento dos antigos, os quais, ao que parece, percebiam a linguagem como algo externo ao ser humano. Saussure, no entanto, apresenta-nos uma outra visão, a de que a relação entre palavra e significado se situa primeiramente no cérebro, onde se acham conceitos associados às representações dos signos linguísticos, ou imagens acústicas utilizadas para exprimi-los. Para Saussure, o signo linguístico não une uma palavra a uma coisa (exterior), mas um conceito associado a uma imagem acústica (interior), sendo ambos (conceito e imagem acústica) psíquicos, vinculados em nosso cérebro por associação. Uma outra explicação poderia ser dada pela “comparação”, por assim dizer, entre o signo e uma moeda. Semelhante ao signo, a moeda possui duas faces que, associadas, representam um determinado valor dentro de um sistema, o monetário. A retirada de qualquer dessas faces da moeda anula inevitavelmente o seu valor. De forma semelhante, o signo é detentor de um valor dentro de um sistema, o linguístico, no qual cada elemento é definido em oposição ao outro, como vimos. Tal valor é decorrente do vínculo existente entre as suas duas “faces”, o conceito e a imagem acústica, ao que Saussure nomeará de significado e significante. Sobre isto, vejamos o que o mestre genebrino afirma:

O signo linguístico é, pois, uma entidade psíquica de duas faces. Propomos a conservar o termo signo para designar o total, e a substituir conceito e imagem acústica respectivamente por significado e significante. Estes dois termos têm a vantagem de assinalar a oposição. SAUSSURE (2006, p. 80).

O nosso exemplo, “*asac*” (casa grafada ao contrário), representa bem o pensamento saussuriano do necessário vínculo existente entre significante e significado.

3.4 Sintagma e paradigma

Antes de abordarmos o que vem a ser sintagma e paradigma, convém entender o caráter da linearidade do significante. Segundo Saussure, o significante tem natureza auditiva, a sua realização, portanto, ocorre num espaço de tempo determinado e em uma sequência discursiva, ou seja, uma após a outra; logo, em decorrência dessa linearidade não é possível a ocorrência concomitante de dois ou mais elementos no enunciado ou na fala. Assim, a relação sintagmática ocorre na disposição sucessiva das palavras em uma frase, mediante a relação que cada um dos elementos ali dispostos mantém com o todo de que faz parte. Ao observarmos, por exemplo, a relação de concordância na frase: *A menina gosta de futebol*, fica claro que o artigo definido “*a*” estabelece com o substantivo “*menina*” uma clara relação de concordância (quanto ao gênero, feminino; quanto ao número, singular). O sintagma caracteriza-se então pela presença de um conjunto de elementos - as palavras - que, dispostos lado a lado, conservam entre si relações muito próximas - como a concordância, vista acima - sobre o eixo da horizontalidade.

Desta forma, a propriedade básica do sintagma é a de se constituir por meio da combinação de unidades contrastivas, isto é, que se opõem, no plano do significante.

Quanto à relação paradigmática, a seleção dos elementos disponíveis no sistema linguístico não se manifesta no enunciado; na verdade, eles estão em depósito, na memória do indivíduo. Por outro lado, as relações sintagmáticas ocorrem em presença (*in presentia*) de outro elemento, com o qual se opõe. Desta forma, podemos afirmar que a relação paradigmática ocorre em ausência (*in absentia*) de elemento com o qual se associa. Exemplificando as duas relações em “O gato subiu no telhado”, o significado da frase é obtido justamente pela relação sintagmática (além de sintagmas em um nível inferior; em “telhado” identificamos a união de um radical, *telh*, a um sufixo, *ado*). Poderíamos grafar “No telhado o gato subiu”, mas não “No gato o subiu telhado”. Quanto ao eixo paradigmático podemos apontar as relações semânticas (ou de ideias) existentes entre as palavras “gato” e “pássaro”, “menino”, que naturalmente poderiam integrar o enunciado; são relações entre elementos que não se encontram na oração que, no entanto, mantêm um vínculo de associação virtual (*in absentia*). No esquema abaixo, exemplificamos as relações paradigmáticas (eixo vertical) e sintagmáticas (eixo horizontal).

Relações pragmáticas e sintagmáticas

 Paradigma	 Sintagma				
	O	gato	subiu	no	telhado
	A	menina	correu	na	pista
	Aquele	soldado	caminhou	pela	mata

(Quadro 1)

Nos exemplos acima, as orações estão organizadas segundo a ordem canônica de seus constituintes: SVO (sujeito, verbo, objeto), o que, de certa forma (a ordem canônica não é rigorosa em português), determina a posição das palavras na oração; estas por sua vez ao se oporem no plano significante e também estabelecerem relações sintagmáticas promovem o sentido de toda a oração.

Quanto ao eixo da verticalidade, as palavras elencadas nas colunas representam possibilidades de escolha do interlocutor; estão em depósito, em sua memória, as quais mantêm um vínculo de associação virtual (*in absentia*), como vimos acima.

4. A FACULDADE DA LINGUAGEM (AVRAM NOAM CHOMSHY)

Há nas línguas naturais um componente que torna todos os homens iguais, é o que Chomsky chama de Gramática Universal (GU). Esse conhecimento não é novo. Por exemplo, PAIVA (2021), discorrendo sobre a GPR, nos informa que:

O foco da obra recai sobre as regularidades do uso da língua, trazendo um conceito de gramática como um compêndio de regras norteadoras do uso, as quais resultam, por sua vez, de processos mentais universais. Esta ideia, quatro séculos mais tarde, influenciaria sobremaneira a Gramática Gerativo-Transformacional de Noam Chomsky. PAIVA (2021, p. 306).

Um outro exemplo encontramos em Descartes, o qual considerava que a diferença essencial entre homem e máquina estava na linguagem humana:

[embora se possa] conceber uma máquina de tal modo feita que profira palavras, algumas das quais mesmo a propósito das acções corporais que causam qualquer mudança nos seus órgãos: como por exemplo, perguntar o que se lhe quer dizer, se a tocarem em qualquer órgão, ou gritar que a magoou se a tocarem noutra, e outras coisas semelhantes - não se concebe porém que *combine essas palavras de maneiras diversas para responder com oportunidade a tudo que se disser em sua presença, como podem fazer os homens mais embrutecidos*. (Discours de la Méthode, apud DUARTE, 2008, p. 113).

Ainda sobre a capacidade inata do ser humano de desenvolver comunicação oral, tem-se no texto da professora Inês Duarte (2008) o seguinte relato:

Pensava-se, por volta de 1920, que todas as regiões do mundo já eram conhecidas, que haviam sido exploradas. No entanto, no dia 26 de maio de 1930, o prospector australiano Michael Leahy encontrou um povo desconhecido, que vivia num planalto entre duas cordilheiras na Nova Guiné. Estudos posteriores revelaram que a língua por eles falada era uma das oitocentas dispersas pelas comunidades da região. Os mesmos estudos acabaram comprovando que, embora vivessem em condições semelhantes à Idade da Pedra, a sua língua era constituída de sistema complexo, permitindo a expressão de conceitos abstratos, entidades invisíveis e raciocínio.

[...] povos da Idade da Pedra não têm língua da Idade da Pedra.

[...] não foram nunca encontradas comunidades humanas que não dispusessem de uma língua natural para comunicarem; paralelamente, nunca se encontraram línguas naturais que não fossem sistemas complexos de relação entre som e significado com uma arquitectura singularmente semelhante. DUARTE (2008, pp. 107-108).

Se todas as línguas naturais até hoje estudadas são dotadas de um sistema complexo de “relação entre som e significado” e “com uma arquitectura singularmente semelhante” pode-se afirmar a existência de uma Gramática Universal? Essa seria uma das primeiras e talvez mais importantes questões da teoria Gerativista.

A pesquisa, cujo marco inicial se deu com a publicação da *Syntactic Structures* (CHOMSKY, 1957), não tem sua base somente na comparação entre as diversas línguas, como ocorreu no século XIX, com a linguística comparada, que teve como destaque pesquisadores como Franz Bopp. Assim como Saussure ocupou-se do sistema da linguagem, privilegiando o

signo linguístico, Chomsky, assumindo uma postura mais ampla, desenvolve sua pesquisa não do signo linguístico (pois esse não seria suficiente para explicar todos os fenômenos da língua, como veremos abaixo), mas no que rege a linguagem, ou seja, a sintaxe das línguas como um meio para descrever o que mais interessa: a Gramática Universal; i.e., o interesse principal do gerativismo irá recair primeiramente na dimensão objetiva da língua, no código compartilhado por determinada comunidade linguística (ao que Chomsky denominou *Línguas-E, isto é, língua externa), o seu léxico e tudo o que nele se pode identificar (fonemas, morfemas, palavras, expressões, significados e convenções de uso), pois é nele, no léxico e no compartilhamento social de tais elementos que a linguagem existe na mente das pessoas. Dessa forma, descrevendo os traços linguísticos do léxico – a língua-E – o gerativista buscará entender como a mente humana é capaz de compreender e também produzir expressões linguísticas utilizadas na formação de representações mentais, a *Língua-I (Língua interna) de forma a estabelecer teorias que irão afirmar a universalidade da linguagem humana, privilegiando a semelhança existente nos processos gramaticais, comuns em todas as línguas. Vejamos alguns.

4.1 Língua-E

A língua-E caracteriza-se como um fenômeno sociocultural, pois é na sociedade que podemos identificar suas similaridades. Por outro lado, uma língua-E apresenta-se como um código linguístico, materializado pelas palavras compartilhadas na coletividade, com as quais faz referências às mais distintas entidades de seu universo físico e cultural, pelas especificações quanto aos sons na fala (fones e fonemas), aos seus inúmeros componentes, pois o léxico é a grande fonte de informações necessárias à aquisição da língua-I. É dele que extraímos as especificações da relação arbitrária existente entre significante e significado - como vimos no estruturalismo de Saussure -, também é do léxico que extraímos as informações fonológicas, morfossintáticas e semânticas, de suma importância para a aquisição da língua em seu ambiente, melhor dizendo, é no conjunto de informações codificadas do léxico que estão especificados os traços linguísticos das palavras que integram o universo linguístico daquela língua. Como exemplo, a palavra “*menina*”, a sua forma de pronúncia, com três sílabas e seis fonemas; a classe gramatical a que pertence (substantivo); o gênero (feminino) e por fim o seu significado (criança ou adolescente do sexo/gênero feminino). Finalmente, no léxico estão

*Em seu livro, lançado em 1986, com o título de “O conhecimento da língua, sua natureza, origem e uso”, Chomsky propôs o uso do termo “língua-I” para fazer referência à língua em sua acepção cognitiva e, para referir à língua como fenômeno sociocultural, propôs o termo “língua-E”.

estabelecidas também as especificações relativas ao uso, que envolve formas de tratamento (educadas ou ofensivas), linguagem figurada (as diversas figuras de linguagem, a poesia etc.), expressões comuns e raras, dentre outras informações.

4.2 Língua-I

Antes de descrevermos melhor o que vem a ser língua-I, convém entender um outro conceito fundamental ao gerativismo, a universalidade e o inatismo da linguagem.

Na antiguidade considerava-se a existência de uma língua original, por outras palavras, grandes autores, como Homero, eram tomados como modelos por serem considerados os melhores escritores, por isso, representavam o que se tinha de melhor sob o aspecto cultural, uma vez que, como já vimos, o objetivo dos gramáticos da época passava primeiro pelo aspecto didático de ensino da língua escrita, patrimônio do povo grego que deveria ser preservado, o que, naturalmente, não seria alcançado pelos seus estudantes se vivenciassem tão somente a linguagem oral. Tal pensamento, no entanto, influenciou, como sabemos, os estudos gramaticais por muitos séculos. O que a Gramática Gerativa irá postular mudará definitivamente essa visão: a existência de uma linguagem vista como um dom pertencente a toda espécie humana.

Estudos têm revelado que independente do grau de escolaridade, local de nascimento e condições sociais, crianças em todo o mundo quando expostas à língua de sua comunidade são capazes de em prazos semelhantes não só aprenderem a língua ali falada, mas até reinventá-la.

Como já descrito em inúmeras publicações, a exposição ao ambiente linguístico, diferente de como pensava Saussure, não é o fator principal para a aquisição da linguagem, mas um meio que aciona uma estrutura, uma gramática interna comum à espécie humana e, portanto, herdada por todos os indivíduos (em condições normais), a qual, como propõe Chomsky, é biológica, inata, geneticamente transmitida, por meio de quem a linguagem se desenvolve. Como comenta Vitral (1992):

Além disso, a aquisição da linguagem é homogênea, isto é, independe de classe social, grau de estimulação e tem lugar entre 1 e 4 anos; a aquisição também é completa, ou seja, a criança aprende todo o sistema linguístico. Não há casos de aprendizagem parcial: seria uma hipótese absurda a criança aprender as frases interrogativas, mas não saber estruturar nem interpretar as frases relativas porque a mãe trabalha fora e não tem tempo de ensinar. VITRAL (1992, p. 71).

Pode-se, desta forma, afirmar que assim como as instruções genéticas orientam o desenvolvimento dos órgãos, comportamento etc, irão também orientar a faculdade da linguagem que é, por assim dizer, uma herança biológica.

Como vimos, crianças em todo mundo em condições normais são capazes, desde a mais tenra idade e de forma inconsciente, de perceber e processar a língua-E de sua comunidade, extraindo daí (do léxico) as informações necessárias à criação de sua língua-I. Por outro modo, trata-se da aquisição de determinado conhecimento linguístico, “especializado” na língua de sua comunidade, no código linguístico, o qual após processado passa a ter representatividade na mente do indivíduo - a ter sentido -; isso funciona como uma espécie de “cópia particular dessa língua”. Citando Kenedy e Lima (2013):

A noção de língua-I corresponde ao conjunto de capacidades e habilidades mentais que fazem com que um indivíduo particular seja capaz de produzir e compreender um número potencialmente infinito de expressões linguísticas na língua de seu ambiente. Dizendo de outra forma, uma língua-I é o conhecimento linguístico de uma pessoa, aquilo que está presente na sua mente e lhe permite usar uma língua-E para produzir e compreender palavras, sintagmas, frases e discursos. Na acepção de língua-I, uma língua é entendida como parte do sistema cognitivo humano. Trata-se de uma faculdade psicológica ou, por assim dizer, um órgão mental. KENEDY e LIMA (2013, p. 45).

4.3 O sistema combinatório discreto

É muito interessante pensarmos no fato de que crianças antes mesmo de chegarem à escola já sejam detentoras de um conhecimento de sua língua, ao ponto de poderem identificar perfeitamente uma frase bem ou malformada. Como se explica tal capacidade?

A característica fundamental da linguagem humana é fazer associação entre um som e um significado, o que só pode ocorrer pela existência de um sistema, pois seu funcionamento não ocorre de forma aleatória ou desordenada. Tomemos um exemplo simples, na frase: “*Maria ama futebol*”, um primeiro pensamento, diríamos empírico, seria considerar que as palavras, após serem selecionadas, seriam simplesmente alocadas uma ao lado das outras, numa espécie de sequência linear, da esquerda para a direita, o que certamente corresponde a um modelo de estado finito de produção linguística e, claro, muito limitado se considerarmos a complexidade que envolve a expressão do pensamento humano. Não é dessa forma. Vejamos. É no léxico, como aludido acima, que se encontram armazenadas todas as informações necessárias (som e respectivo significado) para nos comunicarmos. No entanto, palavras postas lado a lado de forma aleatória não podem produzir significado, como em “*futebol de gosta Maria*”. Há, portanto, a necessidade de que os elementos que compõem a frase sejam combinados de modo a gerar significado, e é a sintaxe que irá desempenhar este papel, o de combinar na frase, por meio de regras e parâmetros existentes na língua - e cada língua tem os seus, como veremos abaixo -, as informações “retiradas” do léxico e assim produzir expressões complexas de som e significado, que envolvem sintagmas e frases. Emerge daí o também importante caráter

produtivo das línguas naturais, a **recursividade**, por meio do qual o número de combinações possíveis, a partir das informações do léxico, que é limitado, finito, é potencialmente infinito.

Retornando à nossa questão inicial, o que permite a falantes nativos de uma dada língua serem capazes de identificar uma frase malformada, uma frase agramatical? Segundo a teoria gerativista, a resposta está no sistema subjacente à sintaxe, ou seja, na forma como ocorre a combinação entre palavras, um fenômeno que antecede mentalmente a semântica, à interpretação de significados. O processo ocorreria, basicamente, da seguinte forma. Primeiro constrói-se a estrutura com as palavras originadas no léxico e só após o significado dessas estruturas. Tomemos os seguintes elementos: {*Maria, amar, futebol*}. Para que seja gerada significação serão necessárias uma série de operações. Inicialmente, o sistema combinará os elementos necessários à formação de um predicado, nesse caso [*amar + futebol*], gerando “*amar futebol*”; segue-se à combinação desse predicado a seleção de um sujeito, no caso “*Maria*”, gerando a estrutura [[*Maria*] + [*amar + futebol*]]. Finalmente, o sistema fará a concordância entre esses elementos, sujeito e predicado, determinando tempo, modo e aspecto da frase, resultando em [*Maria ama futebol*]. Podemos então concluir que um sistema estabelecido em parâmetros e regras (a sintaxe) funciona como uma espécie de filtro, não permitindo a produção de frases agramaticais, o que permite aos falantes da língua, mesmo que inconscientemente, identificar facilmente as frases malformadas, agramaticais.

Uma última questão acerca do sistema combinatório discreto recai sobre a ambiguidade de algumas expressões. Por que algumas expressões podem ter significado ambíguo mesmo não sendo formadas por polissemia ou homônimas? Vejamos o seguinte exemplo: “*João entrou na sala de muletas*”. Duas são as interpretações possíveis. 1) João entrou em uma sala apoiado em muletas e 2) João entrou em uma sala que continha em seu interior muletas. A ambiguidade ocorre precisamente por questões estruturais, pela forma como os elementos da frase foram combinados. A expressão “*de muletas*” – em vista da posição em que foi registrada – gera três possibilidades de interpretação: como adjunto adnominal, se interpretarmos que está modificando o termo imediatamente anterior (sala), possibilitando o entendimento de que a sala em que João entrou continha muletas; por outro lado, a mesma expressão pode modificar o verbo (entrar), o que indica o modo de João entrar na sala, ou seja, usando muletas. Nesse caso, “*de muletas*” atua como adjunto adverbial de modo, ou ainda, a mesma expressão “*de muletas*” pode também funcionar como um adjunto adverbial de instrumento, indicando o meio utilizado por João para entrar na sala. Cabe ainda destacar, que se a expressão “*de muletas*” vier ao lado do verbo “*entrar*” a ambiguidade deixa de existir.

4.4 Princípios e Parâmetros

Quando pensamos em linguagem humana algumas questões parecem ser comuns a todos: por que tanta diversidade? Existe algo em comum entre as mais de seis mil línguas espalhadas pelo mundo?

Reflexões semelhantes a essas vêm de longa data. Retomemos mais uma vez ao século XVII, no período do Renascimento, quando os gramáticos Antoine Arnauld e Claude Lancelot, com a publicação da Gramática de Port-Royal (1660), afirmaram que a capacidade de qualquer pessoa normal tanto de produzir como de compreender a sua língua é um fenômeno que deveria ser explicado pelos estudiosos. René Descartes, filósofo também do século XVII, afirmava que “é um fato notável que não existam seres humanos tão embotados e estúpidos que não sejam capazes de arrumar várias palavras juntas, formando com elas uma frase pela qual dão a entender os seus pensamentos.” Podemos inferir que para Descartes linguagem equivale à capacidade que seres humanos normais têm para usar palavras - mesmo com variações individuais - como meio de expressão de suas ideias e, portanto, universal a todos. Outro filósofo, Wilhelm Von Humboldt (séculos XVIII e XIX), afirmou que a principal característica das línguas naturais está ancorada na capacidade de fazer uso infinito de recursos finitos, a **recursividade**. Assim, as reflexões dos gramáticos de Port-Royal, Descartes, Humboldt, entre outros, estabeleceram as bases para o estudo dos universais da linguagem, influenciando claramente a teoria gerativista que, tendo Chomsky como seu principal precursor, busca, desde meados do século XX, explicitar cientificamente os princípios da universalidade linguística que, assentada em parâmetros previsíveis, possibilita identificar e entender as diferenças entre as milhares de línguas naturais existentes no mundo.

Como mencionado, a GU deve ser entendida não como uma linguagem, mas como uma predisposição biológica comum a todos os seres humanos; é o estágio inicial para a aquisição da linguagem. O processo de aquisição de uma língua-I só será finalizado quando a GU retirar do ambiente sociolinguístico (da língua-E) as informações necessárias à configuração da gramática específica daquela língua, é o chamado *estágio estável*. Parte daí a teoria dos Princípios, pois se todos os seres humanos comungam de uma mesma GU, torna-se inferível que todas as línguas particulares são também formadas a partir de um mesmo ponto, a GU; logo, é natural a presença de muitas semelhanças e afinidades entre essas línguas.

Formulada nos anos de 1980, a teoria dos Princípios e Parâmetros foi configurada em dois conjuntos de elementos. Por **Princípios** entende-se essencialmente um conjunto de regularidades gramaticais comuns a todas as línguas, previamente especificados pela GU, portanto, biológica, inata e disponível ao indivíduo desde o seu nascimento; por **Parâmetros**,

um conjunto limitado de variações linguísticas possíveis, especificados de acordo com o ambiente onde ocorre e também disponibilizado ao indivíduo ao longo da sua experiência com sua língua-E. Desta forma, é o conjunto de Princípios universais somado aos Parâmetros consolidados pela experiência linguística do indivíduo, que irão denotar tanto a língua-I como a competência linguística de um indivíduo.

Uma metáfora que poderia ajudar a compreender melhor a GU em sua dualidade, configurada pelos Princípios e Parâmetros, seria considerar a forma como as substâncias são encontradas na natureza: sólido, líquido e gasoso. A diferença entre eles poderá ser observada, basicamente, sob dois aspectos: 1) o químico, considerando a organização das moléculas, sua capacidade de movimentação e 2) o físico, no qual sólidos apresentam forma e volume bem definidos, além da rigidez, que é variável; líquidos apresentam volume definido, mas não a forma, a qual dependerá essencialmente do recipiente em que estiver contido e, por último, gasoso que não possuem nem forma nem volume definidos e que podem ser comprimidos, reduzindo assim o seu volume.

Em nossa metáfora o elemento que poderia ser tomado como comparação é o líquido. Vejamos. A GU, como vimos, é o estado inicial da aquisição da linguagem, uma predisposição biológica de nossa Faculdade da Linguagem ainda informe, assim como o líquido em seu estado natural: a forma (o recipiente) é quem determinará a forma (a aparência) do líquido. Comparativamente, a GU age, por assim dizer, como o líquido: possui volume definido, mas é sem forma (sem aparência) a qual será definida pelo “recipiente”, i.e., pela língua-E, presente no ambiente sociolinguístico. Há ainda um outro aspecto comparativo: o líquido, independente do recipiente em que estiver contido, conservará normalmente as suas propriedades químicas (organização das moléculas, capacidade de movimentação etc.), porém, tem de se adaptar à forma do recipiente. Um exemplo simples são as conhecidas formas de gelo que encontramos no comércio, com formatos que produzem gelo redondo, quadrado, estrela etc. Dito isto, podemos considerar que a GU sempre conservará os seus Princípios, não importando o ambiente sociolinguístico, pois são imutáveis e, logo, comuns, idênticos em todas as línguas. Podemos, ainda, considerar as várias possibilidades de adaptação necessárias ao atendimento das peculiaridades de cada língua (a forma de gelo com seus inúmeros formatos), os Parâmetros, identificados nas especificidades de cada língua e que irão tomando forma no curso da sua aquisição, de acordo com a experiência linguística determinada pelo ambiente social. Assim, cada língua terá a sua forma, a sua “aparência” e nuances, ou seja, os seus Parâmetros. Mas, nesse mar de aparente turbulência (pois são muitas as peculiaridades de cada língua, o que as torna tão especiais), há também calma, naquilo que as une, os Princípios.

A GU, como temos visto, pode ser explicada pela teoria dos Princípios e Parâmetros; estes diferenciam-se por ser o primeiro predeterminado, invariável e universalmente comum a todas as línguas; o segundo, variável, configurado no ambiente linguístico em que ocorre. Em comum, podemos afirmar que ambos especificam a GU e por isso estão presentes já no estado inicial de aquisição da linguagem pela criança. Nas palavras de Kenedy e Lima (2013) “[...] a GU deve ser compreendida essencialmente como um conjunto de regularidades gramaticais universais (os Princípios) e um conjunto limitado de variações linguísticas possíveis (os Parâmetros)”. Vejamos alguns exemplos, que fundamentam essa teoria.

4.5 Princípio da subordinação

Trata-se da inserção, em qualquer língua humana, de uma oração como constituinte de outra oração, a qual se subordina. Na seguinte oração, podemos identificar:

“Você me disse uma vez, há anos, que o sofrimento moral é mais insuportável que o físico.”

1. dois verbos que, respectivamente, expressam:

- a) um evento (verbo *dizer*, na terceira pessoa do singular, do modo indicativo “*disse*”);
- b) um estado (verbo *ser*, na terceira pessoa do singular “*é*”).

Teríamos, então, duas orações desempenhando as seguintes funções gramaticais:

(1) Oração principal: “*Você me disse*”. Como se vê, o verbo que integra este sintagma é do tipo transitivo que, por sua natureza significativa, “requer” dois complementos (quem diz, diz *algo* a *alguém*). Assim, o pronome átono *me* exerce a função gramatical de objeto indireto, na oração principal.

(2) Oração subordinada: “*que o sofrimento moral é mais insuportável que o físico*”. Esta oração desempenha a função de objeto direto, pois completa o significado do verbo da oração principal. Trata-se, então, de uma oração subordinada substantiva objetiva direta.

2. a segunda oração que, como visto, sintaticamente desempenha o papel de objeto direto da oração principal, é constituída por outras orações, gerando uma espécie de “sequência de subordinações”. Dessa sorte, temos:

a) o verbo *ser*, aqui na terceira pessoa do singular “*é*”, introduz o predicativo do sujeito, cujo núcleo está representado pelo adjetivo *insuportável*. Assim, poderíamos considerar, em um primeiro momento, a seguinte frase: *o sofrimento moral é (mais) insuportável*.

b) a omissão do termo *mais*, aqui um modificador do adjetivo *insuportável*, não comprometeria o significado da frase: *o sofrimento moral é insuportável*.

c) no entanto, a introdução do termo modificador, como o próprio nome indica, muda a significação do predicativo, o qual passa a “requerer” um complemento.

d) o modificador aqui (representado por *mais* e *do que*, embora a preposição *de* e o artigo definido *o* tenham sido omitidos) expressa a ideia de comparação entre dois termos, quais sejam, o de ser *o sofrimento moral* mais insuportável (do) que *o sofrimento físico*.

e) se há uma comparação essa deve, claro, ocorrer no mínimo entre dois termos. Por sofrer o processo de comparação, como visto acima, o sintagma *que o físico* complementa o significado do adjetivo (*insuportável*) ao desempenhar a função de oração subordinada adverbial comparativa.

O Princípio da Subordinação é um dos mais importantes da linguagem humana, pois é nele que identificamos a propriedade da recursividade, ou da infinidade discreta, pela qual todas as línguas existentes tornam-se extremamente produtivas. É a possibilidade de poder inserir orações dentro de outras, que confere às línguas a condição de produzir significados infinitos, utilizando para isto meios finitos.

4.6 Princípio da dependência de estrutura

Como vimos acima, ao tratar da linguagem Saussure (2006) aborda a questão do signo linguístico não como algo físico, mas como uma entidade psíquica composta por duas faces que se completam. Por um lado, temos o significante (som), que tem por característica a arbitrariedade, uma vez que qualquer massa amorfa (todos os sons que podemos produzir) pode ser revestida de algum sentido; por outro temos o significado, a ideia ligada ao som. Assim, podemos dizer que a arbitrariedade liga o significante ao significado. Cumpre também sublinhar que a significação de qualquer signo dependerá do seu valor no sistema, dizendo de outra forma, o valor de um signo linguístico só será estabelecido a partir de sua relação com os demais, por essa razão, o significado de um signo isolado nem sempre será o mesmo quando inserido em um sistema. Vejamos isso nas palavras do Saussure (2006):

Além disso, a ideia de valor, assim determinada, nos mostra que é uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como uma união de certo som com um certo conceito. Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema do qual faz parte, seria acreditar que é possível começar pelos termos e construir o sistema fazendo a soma deles, quando, pelo contrário, cumpre partir da totalidade solidária para obter, por análise, os elementos que encerra (SAUSSURE, 2006, p. 132)

Como vimos, segundo o mesmo autor, as relações sintagmáticas estão estabelecidas no caráter linear da língua, ou seja, os constituintes se alinham um após o outro na cadeia da fala, numa disposição sucessiva de sintagmas (palavras), mediante a relação muito próxima que cada

um mantém entre si e com o todo. Mas como se dá essa relação? Vejamos como o pensamento de Chomsky se une ao de Saussure ao responder esta questão.

Segundo o Princípio da Dependência da Estrutura da GU, há em todas as línguas uma estrutura estabelecida que determinará a organização dos constituintes de uma frase, ou seja, as possíveis operações sintáticas, que incluem a possibilidade de um constituinte poder (ou não) ser deslocado de uma para outra posição na frase, o apagamento de um termo por meio de elipse e/ou ainda a substituição de um termo por um pronome.

No período composto por coordenação a seguir, as duas estruturas formadas por pronomes, *esse episódio* e *nossa conversa*, devem, para conservar a gramaticalidade, seguir o Princípio de Dependência de Estrutura: o deslocamento de qualquer termo deve ser acompanhado de seu respectivo pronome, com o qual forma uma estrutura, o desrespeito a esse Princípio incorrerá em agramaticalidade. Vejamos.

- (1) Não vou agora discutir esse episódio e azedar a nossa conversa.
- (2) *Esse episódio* não vou agora discutir e a *nossa conversa* azedar.
- (3) *Episódio* não vou agora discutir *esse* e *conversa* azedar a *nossa*.

Fica claro que em (2) todo o período conserva a gramaticalidade – as estruturas formadas com os pronomes se mantêm preservadas –, o que não acontece em (3), justamente pela inobservância daquele princípio, gerando, naturalmente, a agramaticalidade.

Finalizando este tópico, lembramos que segundo o pensamento saussuriano a relação sintagmática ocorre na forma como as palavras são dispostas na frase: de forma sucessiva e mediadas por uma *relação muito próxima* de umas com as outras e destas com o todo. Em um mesmo sentido, temos o Princípio da Dependência de Estrutura, pelo qual identificamos que *em nenhuma língua humana os elementos da frase podem atuar isoladamente*. Isto posto, vemos que, neste ponto, há concordância entre estruturalismo e gerativismo, pois se há uma *relação muito próxima* entre os termos de uma frase, dizemos o mesmo quando afirmamos que estes *não podem atuar isoladamente*, sob pena de gerar uma agramaticalidade independente da língua humana em que for aplicado, como visto no exemplo (3) acima.

4.7 Princípio da correferência

Vimos que a relação entre os elementos que compõem a linguagem não se dá somente pela presença desses de uma forma sucessiva, da esquerda para a direita, lado a lado, porém, como destaca Saussure (2006), há entre esses uma relação de proximidade; de dependência. Os significados não são – e nem podem – ser construídos na individualidade de cada elemento, mas na mútua colaboração entre esses. O Princípio da Correferência está inserido neste aspecto,

ou seja, segundo a sua regra um pronome anafórico sempre fará referência a um outro termo citado em outra oração e nunca na mesma oração em que ele (o pronome anafórico) esteja inserido. Vejamos um exemplo: *João ficou doente, por isso Paulo o visitou na semana passada*. Identificamos na oração principal o referente (sujeito da oração) “*João*”, que tem como seu correferente o pronome anafórico “*o*”, presente em outra oração (uma coordenada sindética conclusiva) o que atende à regra do Princípio em pauta: o pronome anafórico não pode referir-se a um antecedente na mesma oração, logo, o pronome “*o*” não pode referir-se ao termo “*Paulo*”, presente na mesma oração.

Assim, a correferência é a possibilidade de uma relação entre dois elementos. Um desses, chamado anafórico, é percebido cognitivamente pelo falante e pelo ouvinte com o mesmo valor semântico de seu referente. Segundo Duarte (2008) este seria um dos mecanismos que possibilita ao usuário de uma língua qualquer “voltar atrás e ser capaz de estabelecer nexos entre elementos não contíguos na cadeia falada”.

4.8 Princípio do sujeito

O Princípio de Sujeitos está na base da composição das orações, que em todas as línguas conhecidas são sempre estabelecidas por meio de sujeitos sintáticos; dizendo de outra forma, as orações de todas essas línguas são construídas por uma articulação que sempre tem como participantes um sujeito e um predicado com o qual se relaciona. Esta relação foi, há muito tempo, descrita pelos antigos gramáticos e na Gramática Normativa são os conhecidos termos essenciais da oração. Citando Cunha (1977, p. 137): “São termos essenciais da oração o sujeito e o predicado. O sujeito é o termo sobre o qual se faz uma declaração; o predicado é tudo aquilo que se diz do sujeito.” Em uma definição contemporânea, que tem a Gramática Gerativa como referência, temos o seguinte: “O sujeito é um sujeito de um predicado. O predicado é, então, algo que é dito do sujeito. Em outras palavras, podemos dizer que um predicado é “*aberto*” e será “*fechado*” por um sujeito, para que, no final, a gente tenha uma oração.” Vitral (2017, p. 255).

Todavia, essa universalidade do sujeito tem também suas nuances, pois uma língua-E, como sabemos, é resultado da mútua influência entre Princípios e Parâmetros. Dizendo melhor, o Princípio do Sujeito irá se manifestar de formas diferentes a depender das regras do ambiente sociolinguístico ali existentes, pois são essas regras que determinarão o que é ou não gramatical. Mas não é só isso. Essas regras – os valores estabelecidos por Princípios e Parâmetros –, envolvem também imposições de ordem fonológica, morfológica, lexical, sintática, semântica e pragmática específicas de cada língua. A esse respeito, vejamos Kenedy e Lima (2013):

Uma construção é gramatical numa dada língua quando é gerada de acordo com as regras dessa língua. Por contraste, uma construção é dita AGRAMATICAL quando viola alguma regra da língua. Regras são, na verdade, o conjunto de valores dos Princípios, dos Parâmetros e das demais imposições formais que compõem os sistemas fonológico, morfológico, lexical, sintático, semântico e pragmático de uma língua. KENEDY e LIMA (2013, p. 137).

Um exemplo do efeito dessas regras é que, apesar de todas as línguas humanas construírem suas orações com um sujeito como vimos, apenas algumas podem omiti-lo, dando origem ao chamado sujeito nulo (oculto, indeterminado ou inexistente). Essa possibilidade de omitir o sujeito irá se estabelecer mediante algumas exigências que envolvem condições de ordem sociolinguística e gramatical. Vejamos então. Entendemos que a oração é formada por palavras e partes de palavras – por exemplo, as desinências verbais – e que essas se agrupam para formar blocos de palavras, os sintagmas. A ordenação desses blocos de palavras é atribuição da gramática. Citando Vitral (2017):

Então, para formar uma oração, nossa gramática ou o componente sintático da gramática funciona da seguinte maneira: seleciona, primeiro, um conjunto de palavras; em seguida, “pega” essas palavras e forma blocos dessas palavras, que são os sintagmas; e, por fim, encaixa esses sintagmas para obter a oração. VITRAL (2017, pp. 243, 244).

Os componentes básicos de uma oração são os sintagmas nominal e verbal, que embora não sejam os únicos – uma oração pode também ser composta por sintagma adjetival, adverbial e numeral – representam a maneira mais comum de se formar orações, uma vez que são eles que desempenham as principais funções gramaticais nas orações, as de sujeito e predicado. Há, portanto, a necessidade de *harmonia* entre esses sintagmas de modo que “exercem” suas funções, pois são elas “que viabilizam a formação de uma oração da língua.” Vitral (2017, p. 254). Como combinamos essas funções? Como já estudado, na primeira fase da aquisição da linguagem, aproximadamente, entre 1 a 4 anos as crianças começam a ter contato com a sua língua-E, elas aprendem o significado das palavras, pois é esse conhecimento que nos possibilita combinar as funções dos sintagmas. Sobre esse tema, vejamos mais uma vez Kenedy e Lima (2013):

É no curso da aquisição da linguagem que a GU deverá retirar informações da língua ambiente da criança de modo a formatar os seus Parâmetros. Ao fim do processo de aquisição, no estágio estável, os Parâmetros de uma língua particular encontrar-se-ão completamente assimilados pela GU e, dessa forma, o conhecimento de uma língua específica, como, por exemplo, o português, estará estabelecido na mente da pessoa. KENEDY e LIMA (2013, pp. 134, 135).

Tomemos o seguinte exemplo: “*O João abandonou o trabalho*”. Um falante de língua portuguesa toda vez que ouvir, ou pronunciar, ou ainda ler o verbo *abandonar* irá, em função

de seu conhecimento linguístico (a língua-E adquirida na primeira infância e aperfeiçoada ao longo do tempo), entender intuitivamente que duas “casas” devem ser preenchidas: 1) *há alguém abandonou alguém/algo*. Essa “casa”, composta por sintagmas nominais, funciona como sujeito da oração; e 2) *há alguém/algo abandonado por alguém*. Já esta “casa”, composta por sintagmas verbais, funciona como predicado.

Vimos acima que há a necessidade de harmonia entre os sintagmas, pois “Os padrões linguísticos que emergem de opções paramétricas compõem a harmonia de estrutura de uma língua humana específica”. Kenedy e Lima (2013, p. 146). Assim, segundo a teoria da GU, é possível identificar em todas as línguas o padrão de organização linear entre os principais constituintes de uma frase (sujeito, verbo e objeto), pelo chamado Parâmetro do Núcleo, ou seja, qual a posição linear de um determinado núcleo sintático em relação ao seu complemento. Em português, esse núcleo sintático antecede o seu complemento, obedecendo, normalmente (não é a única), a ordem Sujeito-Verbo-Objeto (sigla SVO). Como exemplo, na oração “*O João abandonou o trabalho*”, o núcleo é o verbo de ação *abandonar*, cuja ocorrência se dá antes de seu complemento, o objeto direto *o trabalho*. Esse conhecimento internalizado, faz com que o falante de língua portuguesa, normalmente, posicione em seu discurso um sintagma nominal à esquerda do verbo flexionado, ao qual será atribuída a função de sujeito da oração. Cabe ressaltar, que essa não é a única posição que o sujeito pode ocupar, porém é a mais comum. É esta forma de organizar os componentes da oração que confere à língua portuguesa o Parâmetro de Núcleo marcado como [- final], ou seja, em português, geralmente, o núcleo da oração está anteposto ao seu complemento, por imposição do sistema SVO.

Todos esses critérios somados, quais sejam, a forma como as palavras se organizam para formar sintagmas, a sua organização nas orações e, ainda, a presença na língua portuguesa de diversos morfemas, contribuem para a formação de orações com sujeito nulo. São essas regras, por assim dizer, que permitem aos falantes omitir o sujeito das frases. Estabelece-se, assim, uma especificidade da língua portuguesa: o Parâmetro do Sujeito Nulo. No entanto há, como sabemos, línguas em que esse fenômeno não ocorre, por isso marcadas no gerativismo como negativas [- *sujeito nulo*], tal ocorrência torna a frase agramatical; por outro lado, línguas como o português serão marcadas como positivas [+ *sujeito nulo*], a ocorrência do Sujeito Nulo pertence à gramaticalidade da língua. Vejamos na tabela 2, abaixo, um exemplo simples desse fenômeno, compararemos o português, marcado como [+ *sujeito nulo*], com o inglês, marcado como [- *sujeito nulo*]. O sujeito nulo, quando ocorrer, será representado por zero (\emptyset).

Sujeito não pronunciado

Língua	Sujeito	Predicado	Gramatical	Agramatical
Português	Eu	recebi a sua carta.	✓	-
	∅	Recebi a sua carta.	✓	-
Inglês	I	received your letter.	✓	-
	∅	received your letter.	-	✓

(Quadro 2)

Percebemos, primeiro, que em português há duas formas de realização do sujeito: 1) quando realizado foneticamente (sujeito pleno ou explícito): “*Eu recebi a sua carta.*”; e 2) quando não realizado foneticamente (sujeito nulo): “*Recebi a sua carta.*”, o que não exclui a sua realização nem a sua percepção por parte do falante/ouvinte, uma vez que o verbo *receber* atribui papel temático de sujeito, o que permite àquele falante/ouvinte entender que alguém praticou a ação de receber alguma coisa, além do fato de ser muito comum, principalmente na escrita, a utilização de morfemas que flexionam o verbo, os quais permitem ao usuário da língua a recuperação do sujeito da oração. Destacamos, ainda que brevemente, que na gramática, além do componente lexical, temos outros três de suma importância: a sintaxe, a semântica e a fonética. Desse modo, como exemplificado acima entendemos que em português um constituinte da oração, mesmo que não pronunciado – como é o caso sujeito em estudo –, realiza-se sintaticamente, pois desempenha uma função na oração; realiza-se também semanticamente, pois pode ser interpretado por seu papel temático, porém, pode não se realizar foneticamente, isto é, não há sons, ou um conjunto de sons que o representem. Tal possibilidade é inexistente em línguas como o inglês, configurado como [- *sujeito nulo*], cuja estrutura gramatical exige sempre a presença de um sujeito pleno, sob pena de gerar uma agramaticalidade, como explicitado na tabela acima.

4.9 Sujeito inexistente

No início deste capítulo, destacamos que, segundo a teoria da GU, todas as línguas humanas conhecidas são construídas pela articulação de um sujeito e um predicado, com o qual se relaciona. Entendemos, também, que este sujeito pode ser não pronunciado o que, no entanto, não anula a sua existência. Porém, há casos em que o predicado, quando regido por verbos que expressam eventos de fenômenos da natureza ou de existência, não atribui nenhum papel

temático à posição do sujeito (Vital, 2017, p. 292), sobre o qual encontramos as seguintes definições na Gramática Normativa:

Não deve ser confundido o sujeito indeterminado, que existe, mas não se pode ou não se deseja identificar, com a *inexistência do sujeito* em orações como as seguintes: Chove. Amanhece. Faz calor. Interessa-nos o processo verbal em si, pois não atribuímos a nenhum ser. Diz-se, então, que o verbo é impessoal; e o *sujeito, inexistente*. CUNHA (1977, p. 142) (Grifo nosso).

Pode dar-se o caso de *a oração ser destituída de sujeito*: com ela, referimo-nos ao processo verbal em si mesmo, sem o atribuímos a nenhum ser. Nem há o propósito de esconder o sujeito, atitude psicológica orientadora das construções indeterminadas. *São orações sem sujeito* — entre outras — as que denotam fenômenos da natureza (chove, trovejou ontem, anoitece tarde durante o verão) e as que têm os verbos haver, fazer, ser, empregados impessoalmente [...] ROCHA LIMA (2011, p. 289). (Grifo nosso).

Uma questão se levanta: se a GU afirma o Princípio de que em todas as línguas as orações são sempre compostas por meio sujeitos sintáticos e um respectivo predicado, como explicar a existência de orações sem sujeito, uma vez que este é termo essencial à formação de uma oração?

Talvez uma resposta possa ser encontrada se partimos do conceito de que a oração expressa a forma como interpretamos os eventos no mundo. Em Vital (2017, p. 263) cinco tipos de eventos são considerados: estado, processo, atividade, fenômeno da natureza e existência. Tais eventos estão diretamente relacionados com tudo o que existe no mundo, sejam pessoas ou animais, plantas, objetos, coisas que envolvam estado psicológico, imaginário ou real. Todos esses desempenham um papel diferente no mundo, cuja interpretação depende das circunstâncias em que ocorrem. Assim podemos dizer que o significado presente num sintagma (grupo de palavras que se relacionam) é a representação de nossa concepção de mundo, daí a necessidade de estabelecer aos constituintes da oração um papel temático. Vejamos os seguintes exemplos:

- (1) João corre muito.
- (2) ___ Choveu muito.

Em (1) o verbo “*corre*”, na terceira pessoa do singular, expressa um evento de *atividade* no mundo que, para que tenha existência real, para que se concretize, precisa de um agente que realize a atividade expressa pelo verbo. Desta forma, vemos que coube ao verbo, núcleo do predicado, atribuir papel temático de agente ao constituinte da oração, o sujeito “*João*”. Há, portanto, uma “*casa*” a ser preenchida (alguém que corre) para que o significado da oração seja pleno. Em (2) o verbo “*Choveu*”, também na terceira pessoa do singular, expressa da mesma

forma um evento no mundo, de *fenômeno da natureza*, mas que, apesar de ter existência real, não atribui papel temático a nenhum sujeito, o que, contudo, não impede que o significado da oração seja pleno. Vejamos sobre este tema, o que nos esclarece Bechara (2009):

Mas a relação predicativa pode ser referida a um sujeito, como em *Eu estudo*, ou não referida, como *Chove*. Por isso, *nem mesmo o sujeito é um constituinte imprescindível da oração* e, por conseguinte, da relação predicativa, embora a sua presença ao lado do verbo pessoal constitua o tipo mais frequente – diríamos até a estrutura favorita – de oração em português. BECHARA (2009, p. 337). (Grifo nosso).

A “casa” estaria, então, vazia? Sim. Mas ela existe. Conforme Vitral (2017) um constituinte da oração, como o sujeito não pronunciado, pode se realizar de três formas: sintaticamente, uma vez que tem uma função de sujeito a desempenhar; semanticamente, pois é interpretado por meio de um papel temático que lhe é atribuído; e foneticamente desde que haja um conjunto de sons que pronuncie. No exemplo (2) vemos que a inexistência do sujeito se deve principalmente ao fato de o verbo não atribuir papel temático a nenhum sujeito, ou seja, ninguém fez ou sofreu nada. Porém, não podemos afirmar que sintaticamente a “casa” do sujeito não exista.

A possibilidade de uma língua formar orações com sujeito nulo, configura, como visto, o que a GU chama de Parâmetro do Sujeito Nulo. Em línguas [+ *sujeito nulo*] a posição sintática deste sujeito permanecerá vazia (\emptyset), já em línguas [- *sujeito nulo*] este “espaço” deverá ser preenchido pelos chamados pronomes expletivos, que na verdade não fazem referência alguma a entidades no mundo, a sua utilização presta-se a tão somente preencher aquela posição sintática do sujeito, evitando, desta forma, a agramaticalidade. Abaixo, na tabela 3, alguns exemplos.

Sujeito não interpretado

Língua	Sujeito	Predicado	Gramatical	Agramatical
Português	\emptyset	Chove muito.	✓	-
	Isto	chove muito.	-	✓
Inglês	It	rains a lot.	✓	-
	\emptyset	Rains a lot.	-	✓
Francês	Il	pleut beaucoup.	✓	-
	\emptyset	Pleut beaucoup	-	✓

(Quadro 3)

O verbo “chover” flexionado na 3ª pessoa do singular marca a posição do sujeito sintático, não pronunciado em português, mas, obrigatoriamente, pronunciado em inglês e francês, mesmo que, nas três línguas exemplificadas, não lhe seja atribuído papel temático. Vejamos sobre este tópico, mais uma vez, Bechara (2009):

Em Chove, o verbo flexionado na 3.ª pessoa – marca o sujeito gramatical, isto é, assinalado apenas gramaticalmente, mas temos uma *relação predicativa não referida, pois não admite sujeito explícito*. Diz-se que o verbo é impessoal e a oração é sem sujeito explícito. A chamada 3ª pessoa é a não pessoa, é a não eu nem meu interlocutor, e assim é a forma utilizada para indicar a relação predicativa não referida, isto é, as orações sem sujeito explícito. BECHARA (2009, p. 337).

Assim, notamos que a impessoalidade do verbo, “*pois não admite sujeito explícito*”, não impede a existência da posição de sujeito sintático (ou gramatical) da oração, a qual é, nas línguas (- *sujeito nulo*), como visto acima, preenchida pelos pronomes expletivos, que mesmo não fazendo referência a nada no mundo, ou seja, não tendo papel temático atribuído pelo predicado, preenchem aquela posição do sujeito sintático. A questão, portanto, gira em torno do **aspecto semântico**, pois se não se atribui significado (papel temático) a um constituinte da oração – neste caso, o sujeito –, não se pode, também, atribuir-lhe existência e, se não existe, não há, da mesma forma, como atribuir-lhe representação fonética, o que justifica o fenômeno do sujeito nulo nesses casos. Por esse motivo, em português e em línguas (+ *sujeito nulo*), como o espanhol, a “casa”, apesar de permanecer vazia, existe.

O entendimento de tudo isso, pode-se dizer, tem sua origem no conhecimento que temos do mundo, de como ele está organizado e da forma como interpretamos os eventos, por outras palavras, os papéis temáticos contêm os significados “[...] que representam o modo como *concebemos* a participação dos constituintes nos eventos que ocorrem no mundo.” Vitral (2017, p. 263).

4.10 A harmonia estrutural

Estudamos acima, mesmo que brevemente, a questão que envolve o Parâmetro do Núcleo, pelo qual é possível identificar o padrão de organização linear dos constituintes da oração, ou melhor, a posição de um dado núcleo sintagmal em relação ao seu complemento. Línguas marcadas com Parâmetro [- *final*] irão antepor este núcleo ao seu complemento, como é o caso do português que, via de regra organiza os seus constituintes segundo a ordem (SVO); línguas marcadas como [+ *final*] irão pospor o núcleo ao seu complemento. Esse é o caso do japonês, que tem como padrão a ordem Sujeito, Objeto e Verbo (sigla SOV). Kenedy e Lima, (2013, p. 148).

O padrão de ordenação sequencial dos constituintes de uma dada oração, ou melhor, a posição que esses assumem em relação ao núcleo reflete a forma como os falantes dessa língua irão relatar um determinado evento, por exemplo, normalmente, falaremos *João comprou um carro* (ordem SVO) e não *João um carro comprou*, como ocorreria em japonês (ordem SOV). Sabemos, contudo, que este padrão não é rígido, pois há possibilidades de movimentar os constituintes como o verbo e os demais sintagmas (sujeito e objeto) no interior da oração (respeitados os limites da gramaticalidade), o que, portanto, possibilita que novas ordenações sejam constituídas, conforme o interesse ou a intencionalidade do falante.

Em português, normalmente, iremos relatar um evento seguindo a ordem canônica (SVO), pela qual um Sujeito (núcleo do sintagma nominal), posicionado à esquerda do Verbo (núcleo do sintagma verbal), recebe deste um papel temático (agente, paciente etc) e um Objeto que, posicionado à direita (posposto) complementa o sentido daquele mesmo Verbo. É o que verificamos na seguinte oração.

Oração	Recebi, hoje de manhã, a sua carta.			
Ordem (SVO)	S	V	Adj Adv	O
	Ø	Recebi	hoje de manhã	a sua carta
Ordem (OSV)	O	S	V	Adj Adv
	A sua carta	Ø (<i>eu</i>)	recebi	hoje de manhã

(Quadro 4)

A oração acima, extraída de nosso texto referência (p. 52) está, originalmente, na ordem direta, dita canônica (S-V-Adj Adv-O), acrescida de um adjunto adverbial de tempo (Adj Adv). A presença de (Ø) na posição do sujeito representa, neste exemplo, um sujeito não pronunciado, porém, plenamente interpretado, pois o falante naturalmente o identifica pela desinência número pessoal (1ª pessoa do singular) presente no verbo. Logo abaixo, transcrevemos a mesma oração, movimentando, entretanto, o objeto para a primeira posição. A circunstância em que o sujeito se realiza permanece inalterada, também observamos que a gramaticalidade da frase se manteve preservada e o sentido não foi alterado. Como acima destacamos, este recurso da língua permite ao falante, conforme a sua intenção, topicalizar um termo da oração que se deseje despertar a atenção do ouvinte/leitor, muito usual na fala, pois “[...] é uma maneira de chamar a atenção da pessoa que nos está escutando para o tópico da conversação [...]” (Vital, 2017, p. 350). Identificamos, ainda, a inserção em ambos os exemplos de um adjunto adverbial (aqui uma locução adverbial), que por sua natureza desempenha na oração a função de termo acessório – não essencial –, cujo papel é o de circunstanciar a ação do verbo. Atua, portanto, como um termo “satélite” que, normalmente, ocupa posição no final da frase, após o

complemento verbal que, no entanto, como vemos, pode também ocupar posição entre o verbo e seu complemento ou no início da oração, sem que haja interferência no sentido da oração. Vejamos um segundo exemplo.

Oração	Afinal, por que “eu” me zanguei tanto com você?					
Ordem (OSV)	Adj Adv	Pronome	S	O	V	Adj Adv
	Afinal	por que	“eu”	me	zanguei	tanto com você

(Quadro 5)

Neste exemplo observamos mais uma possibilidade de movimentação dos constituintes. O núcleo do predicado é um *verbo pronominal* que, normalmente na escrita, aparece acompanhado por um pronome oblíquo, o qual concorda com o sujeito. A inserção deste “*pronome fraco*”, conforme Vitral (2017) tem sua origem no período medieval, vejamos:

A necessidade de inclusão desses pronomes junto ao verbo teve sua origem no período medieval da língua portuguesa: a presença deles servia para reforçar a ideia de que a ação verbal é uma atividade mental ou psicológica do sujeito, isto é, no caso de *lembrar-me*, por exemplo, é como se o interpretássemos, à maneira de um reflexo no espelho, da seguinte forma: “eu lembro a mim mesmo de alguma coisa.” VITRAL (2017, p. 315).

Sabemos que o predicado, cujo núcleo é um verbo, atribui papel temático aos sintagmas nominais, identificados na oração como sujeito e objeto (complemento verbal). Os pronomes, apesar de pertencerem à classe das palavras funcionais, são capazes de substituir (ou ocupar a posição) dos sintagmas nominais, o que faz com que recebam, também, os papéis temáticos atribuídos a esses sintagmas: se sujeito, o papel de agente; se objeto, o de paciente. Quem quebrou *isso*? *Isso* foi quebrado por quem?

Vital (2017) alerta para o caso dos verbos pronominais, que “aparecem, ou devem aparecer, pelo menos na escrita, com um pronome; e esse pronome concorda com o sujeito da oração.” Vital (2017, p. 314). A presença do pronome oblíquo átono “*me*” junto ao verbo é que irá possibilitar a reflexividade deste, por outras palavras, o papel temático atribuído pelo predicado se estende para além do sujeito e do objeto indireto e alcança também o pronome que aparece junto verbo, reforçando a atividade do sujeito (mental ou psicológica). Assim, em concordância com o citado autor, temos a seguinte descrição: *eu me zanguei a mim mesmo com alguém*.

Percebemos, ainda, que ao receber um papel temático o pronome em estudo passa a exercer a função sintática de objeto direto. Conforme afirma Bechara (2003, p. 135): “Em geral, o pronome átono da forma verbal reflexiva portuguesa funciona como objeto direto: *dou-me* (obj. direto) *ao trabalho* (obj. indireto) *de fazer*.”

Por último, vale lembrar que o contexto em que o pronome átono ocorre, a sua posição em relação ao verbo (antes ou depois deste) não se deve a intencionalidade do falante – como no exemplo anterior, quando tratamos da topicalização do objeto – mas por razões de regras gramaticais. Trata-se, ao nosso ver, de um Parâmetro da língua. Sobre este assunto, vejamos mais uma vez Vitral (2017):

Por outro lado, em alguns contextos de orações, nos quais ocorrem certas palavras que, por sua vez, são também, acentuadas de maneira *mais forte* ou em orações que apresentam um padrão de entonação particular, o pronome fraco, *mesmo nos textos escritos cultos*, são “atraídos” para uma posição antes do verbo. Vamos chamar esses contextos que obrigam o pronome fraco a situar antes do verbo de **contextos atratores**. VITRAL (2017, p. 361).

No caso em apreço, o pronome *me* anteposto ao verbo ocupa esta posição em função da presença de um pronome interrogativo que, como descrito acima, atrai o pronome fraco (átono) “para uma posição antes do verbo.”

5. A ORDEM CANÔNICA E A INTENCIONALIDADE

Voltaremos, agora, a nossa atenção para o texto abaixo, uma carta do escritor e jornalista mineiro Otto Lara Resende (1922 – 1992), datada de 21 de fevereiro de 1958, para seu amigo, o historiador e professor – e também mineiro – Francisco Iglésias. O contexto se dá por estarem ambos mutuamente magoados por um desentendimento que ameaçava uma amizade de muitos anos, marcada por uma rica troca de correspondência: foram mais de trezentas cartas. O texto é a resposta do autor à carta de seu amigo.

Bruxelas, 21 de fevereiro de 1958.

Iglésias,

Recebi hoje de manhã a sua carta. Afinal, por que me zanguei tanto com você? Porque você veio a Paris e não se lembrou sequer de me avisar onde estava, em que dia chegava etc. Senti-me frustrado e perdemos uma boa oportunidade para nos encontrarmos e batermos um papo. Admito que minha carta, escrita em cima da bucha, ao primeiro movimento de exaltação, tenha sido antipática, irritante e até grosseira, do que, sinceramente, me penitencio. Foi, porém, uma reação franca, certamente desabrida, mas de amigo, magoado com o que julguei sua indiferença por um possível encontro nosso. É admissível que eu tenha então, até agora, superestimado a sua amizade por mim. Amizade é como esmola: pouca ou muita, não se recusa. Eu contei sempre você entre os meus melhores amigos. Não vou agora discutir esse episódio e azedar a nossa conversa. Fiquei, acredite, sinceramente desgostoso com tudo isso. Poderia responder à sua carta com uma volta aos fatos, que, a meu ver, me dão razão. Você abandonou os fatos e me mandou uma carta que, confesso, me surpreendeu. Seria melhor que você se tivesse zangado abertamente, quem sabe generosamente. Em todo caso, tudo isso se desculpa: você está viajando, deve ter feito a carta também ao primeiro impulso etc. Permita-me apenas que estranhe a desconfiança que você manifestou na minha amizade e no meu interesse por você. Isto me espantou! A minha própria reação nesse episódio não se justificaria, nem teria surgido, se a sua desconfiança tivesse qualquer sombra de veracidade. Pense de cabeça fria e conclua.

Enfim, não faltarão outras oportunidades para que a gente se encontre. De minha parte, julgando com sinceridade que a razão estava de meu lado, esqueço esse incidente e, sem ironia (recurso que eu detesto), se você me permite, até o perdoo. Aconteceu, passou. Você me disse uma vez, há anos, que o sofrimento moral é mais insuportável que o físico. Espero que eu não lhe tenha causado mágoa insanável ou duradoura. A amizade, para mim, vale mais do que Veneza.

Receba, pois, o abraço velho do seu amigo de sempre,
Otto.

Pesquisa realizada em: <https://correioims.com.br/carta/amizade-e-como-esmola-pouca-ou-muita-nao-se-recusa>.

Nos quadros abaixo, destacamos 11 orações extraídas do texto. Para cada uma, buscamos representar os respectivos padrões sintáticos tomando por base o sistema linguístico do português, assim representados: **S**: sujeito; **V**: verbo; **O**: objeto; **Adj Adv**: adjunto adverbial; **VL**: verbo de ligação; **Pv S**: predicativo do sujeito e **A**: número de argumentos do verbo. Cada termo da oração foi destacado com uma cor, a fim de facilitar a identificação de sua posição no citado sistema.

Mesmo sendo um texto escrito em primeira pessoa, nos desperta a atenção a constante manutenção da ordem direta (S – V – O) em quase todas as orações, o que acaba por topicalizar (intencionalmente?) o sujeito da oração, nesse caso, quase sempre materializado pela primeira pessoa (Eu). A “movimentação” ocorre basicamente entre os “satélites” (Adj. Adv.), elementos não selecionados pelo verbo.

Oração	Recebi hoje de manhã a sua carta.			
Sistema (Ordem direta)	S	V	Adj Adv	O
A2	"Eu"	Recebi	hoje de manhã	a sua carta.

(Quadro 6)

Oração	Afinal, por que me zanguiei tanto com você?					
Sistema (Ordem indireta)	Adj Adv	Pronome	S	O	V	Adj Adv
A2	Afinal	por que	"Eu"	me	zanguiei	tanto com você?

(Quadro 7)

Oração	Senti-me frustrado.			
Sistema (Ordem direta)	S	V	O	Pv O*
A2	"Eu"	Senti	me	frustrado.

(Quadro 8)

* Predicativo do Objeto.

Sistema (Ordem direta)	S	V	O	Adj Adv
Nº Argumentos				
A2	"Nós"	Perdemos	uma boa oportunidade para nos encontrar	Ø
		Batermos	um papo.	Ø

(Quadro 9)

Sistema (Ordem direta)	S	V	O	Adj Adv
Nº Argumentos				
A2	“Eu”	Admito	que minha carta escrita	em cima da bucha ao primeiro movimento de exaltação
A2	“Eu”	Julguei	sua indiferença	Ø
A2	“Eu”	Contei	you entre os meus melhores amigos.	sempre
A2	“Eu”	vou discutir	esse episódio	não, agora
		Azedar	a nossa conversa.	
A2	“Eu”	Poderia responder	à sua carta	com uma volta aos fatos
A3	“Eu”	Espero	que eu não lhe tenha causado mágoa insanável ou duradoura. (O.S.S.O.D.I)*	Ø

(Quadro 10)

* (O.S.S.O.D.I): Oração subordinada substantiva objetiva direta e indireta.

Oração	Fiquei, acredite, sinceramente desgostoso com tudo isso.				
Sistema (Ordem direta)	S	VL	Oração principal	Adj Adv	Pv S
Nº Argumentos					
A2	“Eu”	Fiquei	acredite	sinceramente	desgostoso com tudo isso.

(Quadro 11)

Como sabemos, a faculdade da linguagem não pode ser separada de nossas vidas, marcadas pela constante necessidade de interação, o que resulta na, também constante, expressão e formação de pensamentos sejam em nossas ou nas mentes de nossos interlocutores. Essa “verdadeira propriedade da espécie”, nas palavras de Chomsky, tem sua base, em português, no sistema “S – V – O – Adj Adv” e “S – VL – Pv S” (ordem canônica, direta, não marcada).

Por vivermos em uma sociedade letrada, encontramos nos textos a oportunidade de também expressarmos nossos pensamentos, os quais seguirão o mesmo sistema, que, como na língua falada, não é rígido em sua realização, havendo a possibilidade de os termos que o integram assumirem outras posições, por vezes topicalizadas, conforme a intenção de quem produz o texto. É nesse aspecto que o sentimento humano, a intencionalidade, parece dar forma ao texto.

No texto acima, do gênero carta pessoal, o autor faz uso quase que constante de parágrafos redigidos segundo a ordem canônica, direta, que naturalmente registra a presença primeira do termo sujeito da oração (S). O contexto da carta, como visto antes, deu-se por estarem ambos, autor e destinatário, mutuamente magoados por um desentendimento que colocava em risco uma antiga amizade. A questão é: será que tal sentimento, a mágoa, poderia ter influenciado o autor ao ponto de fazer o seu registro majoritariamente na ordem direta? Lembramos que se trata de um hábil escritor e jornalista, um homem das letras que, claro, sabia muito bem fazer uso dos recursos linguísticos.

É o que de certa forma pode ser percebido na maior parte do texto em apreço: a presença quase constante da ordem direta (SVO), a qual conhecemos também como não marcada, visto que não topicaliza nenhum termo da oração. Entretanto, identificamos, nesse caso, a insistente utilização daquela ordem, na qual o termo sujeito (S), nesse caso representado pela primeira pessoa (o eu ferido, magoado, pois, injustiçado), está sempre "marcando presença" em todos os parágrafos. Não há, praticamente, alteração dessa ordem (a direta) no decorrer de todo o texto, como observado nos exemplos citados acima.

Do que se pode, momentaneamente, concluir é que por sermos plenamente humanos (herdeiros da faculdade da linguagem) não há como desvincular da escrita, que expressa e também forma ideias em nossos semelhantes, uma clara influência dos sentimentos – sejam eles quais forem –, que sempre permeiam nossos pensamentos, influenciam o registro textual e ainda, de certa forma, podem ser percebidos gramaticalmente pelos padrões sintáticos do texto os quais, por fim, irão compor um todo significativo.

6. CONCLUSÃO

Especulações, suposições, influência religiosa sobre uma suposta língua primitiva, a origem de todas as outras, marcaram o início dos estudos da linguagem que, complexa como todo ser humano, capacita-nos a expressar de tantas e variadas maneiras como são os modos que cada um de nós interpretar a realidade do mundo.

No século XV pensou-se ter dado um grande passo – e de fato o fizeram – com a descoberta de uma língua arcaica, origem de todas as outras: a proto-indo-européia (PEI). Às especulações e suposições uniram-se as comparações quando William Jones (1746-1794) identificou, pela primeira vez, as diversas semelhanças entre línguas como o sânscrito, grego, latim, persa, galês entre outras, originando daí as chamadas famílias das línguas indo-europeias. Segundo a Linguística Histórico-Comparativa, teriam sua origem numa língua arcaica, nominada proto-indo-europeia, uma língua hipotética, pois sem o devido registro gráfico.

Surgiram em uma mesma região e de fato têm uma mesma origem, mas as grandes navegações e o conseqüente contato com outras civilizações e suas línguas promoveram questionamentos que vinham de “além mar”: o que dizer de povos como os da recém descoberta América do Sul – e outras partes do mundo –, ainda não explorada pelos europeus, terem da mesma forma línguas diversas e também tão complexas como qualquer outra europeia?

Questões como essas tem sua origem num passado mais distante, predominantemente entre os filósofos gregos que, como vimos, já no século V a.C. discutiam sobre o que regia a língua – natureza ou convenção –, sobre a capacidade humana de adquirir conhecimento, “o problema de Platão”. Tais questionamentos, apesar de tão distantes de nós em relação ao tempo, permanecem atuais, pois como explicar, por exemplo, a natural capacidade que têm crianças de desenvolver, desde a primeira infância, uma competência linguística em limitado tempo de contato com o seu ambiente sociolinguístico?

A busca por respostas, no entanto, é fruto de uma longa caminhada. Iniciada com os estóicos (aproximadamente no século III a.C.) os quais, entre diversas contribuições, chamou-nos a atenção a distinção feita por esses entre forma e significado. Ferdinand de Saussure, somente no início do século XX, iria sistematizar tal distinção, base do estruturalismo e início da moderna ciência linguística. O conhecimento moderno da linguística, na verdade, nunca esteve desvinculado do seu passado.

Na Alexandria de Ptolomeu II (século II a.C.) vemos o início de um estudo da língua marcado por um caráter filológico, por um olhar diacrônico, logo, voltado para os escritos antigos – a referência eram os poetas do passado, os mais renomados na sociedade – buscava-se, então, o que consideravam o “texto original”. Tradicionalmente, o estudo gramatical da

Grécia antiga entendia a língua como limitada à expressão do pensamento, com o fim de nomear objetos no mundo, desta forma, claramente influenciada pela filologia, tinha por objetivo a busca por uma linguagem tida como mais correta, a mais original. Retomamos aqui, Lyons (1979), que enfatiza que duas eram as finalidades dos estudos gregos: estabelecer e explicar a língua dos autores clássicos e preservar o grego da corrupção por parte dos ignorantes e iletrados. Havia, com certeza, grande admiração dos gramáticos por seus antigos poetas que, mesmo a despeito de ser percebida como preconceituosa por muitos de nossos pesquisadores, tinha um motivo para eles muito importante: os valores culturais helênicos deveriam ser divulgados (Conto, 2011) para, conseqüentemente, serem preservados. Logo, tratava-se, antes de tudo, da preservação de uma identidade cultural, da identidade de um povo.

Uma observação se faz necessária neste ponto. Como vimos, este pensamento não ficou limitado à Grécia, pois é em Roma, capital do Império, que a influência grega se estabeleceu de forma mais contundente, sobretudo na questão cultural, que naturalmente envolveria a literatura romana a qual, sob a ótica de Horácio e seus *Sermones*, viria os seus textos “saltarem”, por assim dizer, de um *sermo pedestris* – uma linguagem trivial, de uso diário entre os romanos –, para um *sermo urbanitas*, este com *status* de fala culta, correta e educada, adotada nos círculos sociais mais elevados de Roma. Tudo isso em decorrência da efervescência cultural instalada em Roma a partir do século I a.C. que, sob a influência grega e de seus grandes debates acadêmicos, envolvendo também a gramática, acabaram por ensejar que a eloquência assumisse papel de destaque na literatura (e na sociedade) gerando, conseqüentemente, as divergências ainda hoje percebidas entre língua literária e língua falada.

De volta à Biblioteca de Alexandria, nos deparamos com a primeira gramática de que temos conhecimento, a *Techné Grammatiké*, de Dionísio o Trácio, cujo objetivo pedagógico – principalmente a preservação cultural, como vimos – perduraria ainda por muitos séculos. Por isso, a língua literária grega era a sua referência, pois para Dionísio “*A Gramática é o conhecimento empírico do que se encontra, na maioria das vezes, nos poetas e nos outros escritores.*” A jornada estava apenas começando.

A proposta de Varrão para a criação de uma gramática latina, a *Ars Grammatica*, não fugiria aos objetivos de sua antecessora grega de Dionísio. Mesmo que estruturalmente diferente, o prescritivismo, baseado essencialmente na língua escrita, continuou a nortear os estudos linguísticos, motivados pelo pensamento de que haveria um modo de escrever e falar mais correto, superior. Essa atitude do gramático latino revela, mais uma vez, a absorção e manutenção do pensamento helenista em Roma, que privilegia o passado, se sustenta pela pedagogia e pelo ensino transmissor, às novas gerações, da bagagem literária

cultural dos antepassados. Dessa forma, se faziam necessárias – na visão dos antigos gramáticos – um conjunto de regras que normatizassem o estudo gramatical, a fim de preservar a língua de “contaminações” externas, que teriam sua origem nos iletrados ou nos estrangeiros (a língua grega, no século III a.C., sofria influência das línguas estrangeiras, pois estava sob domínio do Império macedônico), uma visão que, ao nosso ver, deve ser percebida à luz de sua época e não da nossa, em vista dos objetivos como descritos acima.

Tal foi a importância da tradição grego/romana na forma de estudar e ensinar gramática cujo modelo de ensino permaneceu na Idade Média com poucas alterações o que justificou, por parte da intelectualidade do medievo, a manutenção da estima por gramáticos latinos da Antiguidade, como Prisciano e Donato. Se Santo Isidoro de Servilha avançou nos estudos etimológicos, pelos quais buscava a origem do nome das “coisas”, o mestre da antiguidade, Quintiliano, já considerava que o correto sentido de uma palavra levaria ao entendimento do que ela designava e a entender o mundo. Vemos, contudo, que tal pensamento ecoou séculos adiante, com o estruturalismo de Ferdinand de Saussure, no início do século XX, e sua sistematização do signo linguístico, entendido como um significante, a palavra, e um significado, a coisa por ela designada, como sendo arbitrários, o que o liga à antiguidade de Quintiliano.

Ainda na Idade Média, não poderíamos deixar de citar Dante Alighieri, cuja visão está notadamente adiante de seu tempo. Primeiramente, pela sua afirmação de que todo ser humano nasce dotado da capacidade de se comunicar, o que será definido mais tarde por Saussure como linguagem; em segundo, ao afirmar que tal capacidade deve ser suportada por uma gramática presente em todas as línguas e comum a todas as pessoas, independente de condição social, ao que Chomsky viria a definir como Gramática Universal. Podemos, assim, afirmar que os estudos gramaticais do passado nunca estiveram desconectados do presente, pelo contrário, há uma continuidade ainda em nossos dias.

Se na antiguidade a tradição considerava que o ensino da gramática tinha por fim a preservação cultural, no Renascimento esse conceito parece não ter mais tanto sentido. Isso aconteceu pelas seguintes razões: o período do Renascimento foi marcado por profundas mudanças do pensamento humano acarretadas, principalmente, pela quebra de antigos paradigmas – a Reforma Protestante, a Contrarreforma, a Inquisição, a mudança de valores. Como consequência, no campo religioso e filosófico, pode-se dizer que a razão se sobrepôs à fé, o individualismo ao bem coletivo, o homem a Deus. Adicione-se a essas rupturas, as consequências produzidas pelas grandes navegações com impactos significativos na economia e na política (decadência do feudalismo), pela descoberta de “novos mundos”, carregados de

novos valores, de diferentes culturas e também de contatos com distintos falares. Enfim, o homem renascentista se deparou com um mundo maior, mais diverso e mais complexo do que jamais se concebeu em toda história.

Assim, no século XIV vemos o nascimento dos Estados Nacionais na Europa e com eles as línguas vulgares que, consolidadas em diversas regiões, viriam a provocar adaptações ao estudo do latim e do grego, justamente por não serem mais línguas naturais de povo algum. Há uma natural decadência em relação ao estudo do latim, agora uma língua morta, a atenção se volta para as línguas vivas o que, conseqüentemente, viria a restringi-lo ao campo científico (principalmente no período do Iluminismo), até que em meados do século XIX volta a perder prestígio, ficando agora restrito às nomenclaturas da área da botânica. (Gordin, 2015).

Estados Nacionais, centrados em um poder real impõem, como já vimos, unidade política, territorial e também linguística. Ressurge, por assim dizer, a necessidade – como na antiguidade – de se preservar a língua, mais uma vez vista como identidade de um povo. Avançando um pouco no tempo, veremos que esse fato ganhou notoriedade no século XVI, momento em que os valores de uma nação (a língua falada ali) foram, por assim dizer, ameaçados. Este foi o caso da União Ibérica (1580 - 1640). A defesa da língua Portuguesa, identidade do povo, veio com gramáticos como Fernão de Oliveira, João de Barros e Pero de Magalhães de Gândavo, mesmo antes da “invasão” do castelhano em “terras lusitanas”. Suas gramáticas, de cunho expressamente normativo, têm para além da “arte que ensina a bem ler e falar” uma defesa da própria língua: enseja-se uma sistematização linguística, cujo objetivo é torná-la mais coesa e, assim, preservar a identidade da nação por um só modo de falar e, de certa forma, livre de “contaminações”, neste caso, as estrangeiras.

Até aqui, vemos que questões políticas, econômicas e sociais parecem ter exercido forte influência sobre o estudo das línguas. A mudança só viria a partir do século XVII, com a Gramática de Port-Royal (GPR). Há nessa gramática uma clara mudança do eixo norteador dos estudos da linguagem até aqui empreendidos. A atenção se volta para as regularidades presentes nas línguas, as regras aqui ainda norteiam o uso da língua, mas já são percebidas como processos mentais universais, imprimindo assim uma evidente influência na concepção presente na Gramática Gerativo-Transformacional de Noam Chomsky, só concebida quatro séculos mais tarde.

Esta nova rota traçada pela GPR lançaria as bases para o nascimento de importante corrente de estudos linguísticos, a Gramática Comparada, de Franz Bopp (século XIX) e outros importantes pesquisadores que, baseada na comparação e classificação das línguas abriria caminho para a formação de uma ciência linguística. Retomamos aqui as palavras de Saussure

(2006): “não só a linguagem correta e a "bela linguagem", mas todas as formas de expressão” passariam a ser a matéria de estudos da Linguística.

Desta forma, a Linguística como a conhecemos iniciou-se com o estruturalismo de Ferdinand de Saussure. Há aqui uma espécie de “divisor de águas”: não um rompimento com o passado, mas uma mudança de paradigma. O prescritivismo com sua visão diacrônica voltada majoritariamente para aspectos históricos não mais seria suficiente para responder os questionamentos sobre a linguagem. Daí a necessidade de uma nova visão, a sincrônica. Há, na verdade, um deslocamento do que é externo ao fenômeno linguístico – a historicidade – , para o que lhe é essencial e interno - o sistema que o rege. Analisa-se, pois, o fenômeno linguístico por um conjunto de regras internas e atuantes num determinado momento, distintas de sua diacronia– o fator histórico. No entanto, pode-se perceber que esse fator histórico não está de todo desvinculado deste tipo de análise, pois, como vimos, gramáticos da Antiguidade, como Quintiliano, e da Idade Média, como Dante Alighieri, além dos franceses da GPR, dentre outros, lançaram as bases e anteciparam muito do que foi descrito pelo estruturalismo e mesmo pelo gerativismo.

Questões como a do Crátilo, de Platão, sobre a arbitrariedade da linguagem (natural ou convencional) é abordada por Saussure por um outro ângulo: o signo linguístico, visto como um conceito associado a uma imagem acústica, vinculada ao nosso cérebro por associação e mediado pelo ambiente sociolinguístico. Chomsky, partindo deste princípio, assumiria uma postura mais ampla, a da sintaxe das línguas, com vistas a descrever a Gramática Universal.

Podemos, ainda, postular que a visão de Saussure no que concerne a signo linguístico, Chomsky a chamará de língua-E (língua externa), ou seja, a dimensão objetiva da língua, o código compartilhado por determinada comunidade linguística, pela qual os gerativistas buscarão também entender como a mente humana é capaz de compreender e produzir expressões linguísticas utilizadas na formação de representações mentais. Vemos aqui, mais uma vez, a questão da arbitrariedade presente no Crátilo de Platão. O Gerativismo, portanto, afirmará a existência de uma linguagem humana universal, baseado nas semelhanças em que esses processos mentais – os gramaticais – ocorrem de forma comum em todas as línguas.

Se fundamentalmente a linguagem humana se caracteriza pela possibilidade de associar um som a um significado, concordamos que tal fenômeno só pode ocorrer sob a regência de um sistema, de forma a produzir uma determinada ordenação dos constituintes da oração, com vistas a se obter um significado. Para Saussure, a relação sintagmática, que resulta em significado, irá se caracterizar pela disposição sucessiva das palavras em uma dada frase, ou melhor, por um conjunto de elementos, as palavras, que dispostas lado a lado em uma oração

necessariamente conservarão entre si uma relação muito próxima – materializada, por exemplo na concordância nominal, verbal – resultando daí um todo significativo. Tal pensamento ecoa também no Gerativismo, precisamente no Princípio do sistema combinatório discreto, pelo qual busca-se entender a capacidade inata que crianças ainda antes do período escolar têm de identificar uma frase bem formada de uma malformada, uma vez que palavras dispostas aleatoriamente lado a lado não podem, como sabemos, produzir significado. Emerge daí a afirmação da existência de uma sintaxe – Saussure chamará de sistema – que, ao desempenhar o papel de combinar na frase os constituintes da oração, por meio de regras e parâmetros existentes na língua, irá produzir sentido. O Gerativismo avança, no entanto, quando afirma que há um número limitado de combinações possíveis entre tais elementos que, porém, podem produzir sempre novos significados e de forma potencialmente infinita, trata-se da recursividade, importante caráter produtivo das línguas naturais.

Como vimos, o século XIV foi marcado pelo movimento Renascentista e, oficialmente, pelo início da expansão marítima, o que promoveria o contato do europeu com outras civilizações e suas línguas. É também no século XIV que, como também vimos, começam a surgir os Estados Nacionais e, conseqüentemente, uma crescente valorização das línguas modernas e o natural declínio na valorização do latim. Fatos como esses, entre tantos outros, estabeleceriam as bases para uma nova forma de pensar a linguagem humana, materializada somente no século XVII com a publicação, em 1660, da GPR. Retomamos aqui Petter (2002) que nos esclarece que a GPR “[...] demonstra que *a linguagem se funda na razão, é a imagem do pensamento* e que, portanto, os princípios de análise estabelecidos não se prendem a uma língua particular, mas *servem a toda e qualquer língua.*” (PETTER, 2002, p. 12). (Grifo nosso).

O entendimento de que “*a linguagem se funda na razão*” e “*é imagem do pensamento*” e que também “*os princípios de análise*” “*servem a toda e qualquer língua*” mantém estreito relacionamento com o pensamento Gerativista. As questões são as mesmas, pois a constatação de que todas as línguas conhecidas são dotadas de sistema complexo, com arquitetura semelhante (Princípios) e relações particulares (Parâmetros) entre som e significado, permite afirmar a existência de uma Gramática Universal e se unem ao pensamento central da GPR. Assim, se a linguagem humana “*se funda na razão*” e “*é a imagem do pensamento*” fica claro o porquê dos gerativistas buscarem entender como a mente humana realiza este processo, ou seja, de que forma somos capazes de produzir e compreender expressões linguísticas a partir de representações mentais, a língua-I. Nasce daí um conceito fundamental ao gerativismo: a universalidade e o inatismo da linguagem humana, vista como um dom pertencente a toda

espécie humana que, como temos visto, fora também percebido pelos antecessores do estruturalismo e do gerativismo.

É fato que, grau de escolaridade, local e condições sociais de nascimento jamais foram condições necessárias à aquisição da linguagem (lembramos de Dante). Crianças em todo o mundo, expostas a um ambiente sociolinguístico qualquer não só aprendem, mas também são capazes de reinventar a sua língua-E de forma criativa (caráter da recursividade). No entanto, o Gerativismo tem provado – e nesse aspecto vemos mais um avanço no estudo da linguagem – que, diferente do pensamento saussuriano, a exposição ao ambiente linguístico não é fator primordial à aquisição da linguagem, trata-se, no entanto, de um meio - uma espécie de “gatilho” – que na verdade aciona a gramática interna, comum a todos, herdada biologicamente por todos e, por isso mesmo, transmitida geneticamente de geração em geração.

Comum a todos, porém, naturalmente específica em sua forma de realização. Se há em todas as línguas Princípios que as tornam semelhantes – as regularidades gramaticais que, sendo comuns a todas as línguas, são previamente especificados pela GU –, os Parâmetros, por sua vez, irão particulariza-las, como visto, em decorrência do ambiente linguístico em que se realiza, por questões sociais e por um conjunto limitado de variações linguísticas, as quais serão, por assim dizer, absorvidas pelo indivíduo ao longo de sua experiência com a sua língua-E.

Tomemos, como exemplo, o Princípio do Sujeito. Como estudamos ao longo deste trabalho, vimos que todas as línguas são sempre estabelecidas por meio de um sujeito sintático, o qual se relaciona com um predicado. Este, no entanto, se estabelecerá de forma diversa, resultado da mútua interferência que Princípios e Parâmetros exercem sobre as línguas, daí a possibilidade de em algumas línguas, como o português, se omitir o sujeito, originando o Parâmetro do Sujeito Nulo.

Condições específicas da língua portuguesa, como a ordem das palavras na oração (SVO), a presença de diversos morfemas verbais e nominais, as regras gramaticais e, ainda, o papel temático atribuído ao sujeito pelo verbo permitem a um falante/ouvinte, em vista de seu conhecimento da língua-E, perceber, ou melhor, identificar o sujeito, mesmo que inconscientemente. Assim, a gramática do português, por seus Parâmetros, apresentará aspectos que estabelecerão as formas como o sujeito poderá ser realizado, pois, como já vimos, um constituinte da oração, neste caso, o sujeito, pode realizar-se *sintaticamente*, pois desempenha uma função na oração; pode realizar-se *semanticamente*, em vista de ser interpretado por seu papel temático, contudo, pode não se realizar *foneticamente*, isto é, não ser representado por sons, ou um conjunto de sons. Assim, a realização do sujeito em português se dará de duas formas: quando sintática, semântica e foneticamente realizado, identificado como sujeito pleno

ou explícito; e quando sintática, semântica, mas não foneticamente realizado, sendo, pois, identificado como sujeito nulo. (VITRAL, 2017).

Princípios universais somados a Parâmetros de uma forma geral serão os responsáveis por denotar a competência linguística de um indivíduo. O Parâmetro do Núcleo, segundo a GU, determinará a organização linear dos principais constituintes de uma frase, ou seja, a posição de um determinado núcleo sintático em relação ao seu complemento. Como estudamos, em português a ordem mais comumente usada (a canônica) está estabelecida na sequência Sujeito-Verbo-Objeto (sigla SVO) que, no entanto, como sabemos, não é a única possível. Um falante, portanto, normalmente posicionará em seu discurso, à esquerda de um verbo flexionado, um sintagma nominal (sujeito) e à direita outro sintagma (complemento) e isto por influência do sistema (SVO), o que em português será identificado como Parâmetro de Núcleo marcado como (- final).

Vimos no estudo sobre a inexistência do sujeito (nos verbos que expressam fenômenos da natureza e de existência) que esse fenômeno se deve ao fato de o verbo não atribuir nenhum papel temático ao sujeito. Logo, entendemos que para expressarmos eventos no mundo - a exceção da oração sem sujeito - necessariamente atribuímos papel temático aos constituintes da oração, pois é através destes que também expressamos nossa concepção de mundo, os eventos ali existentes. O sujeito, como Princípio universal, receberá, por conseguinte, importante papel temático do verbo que o rege. Vejamos mais uma vez.

Um sujeito tematizado pelo verbo e *anteposto* a este será identificado, sob o aspecto gramatical da ordem canônica dos constituintes (SVO), como não topicalizado, por outras palavras, não haveria, teoricamente, por parte do falante a intenção de dar-lhe destaque ou chamar a atenção do interlocutor para este no decorrer do seu discurso. Há de se concordar, porém, que os padrões sintáticos estão irremediavelmente vinculados a toques pessoais de produção linguística, principalmente em se tratando de um hábil escritor, como o que encontramos no texto analisado, uma vez que, como constatamos ao longo de todo este trabalho, a linguagem é *humana*, portanto, também *humanamente* expressiva, pois sempre estará permeada de tudo o que nos caracteriza - sentimentos, emoções, experiências boas ou más, gostos, relacionamentos etc.

Neste interim, não podemos excluir a intencionalidade do escritor/falante que, conscientemente ou não, poderá, como vimos, influenciar ou mesmo direcionar a forma de os constituintes serem ordenados, de modo a obter o sentido pretendido no texto. É o caso do texto da carta analisado, em que as estruturas selecionadas pelo missivista refletem seu estado de espírito e buscam persuadir seu interlocutor da sinceridade de seus sentimentos. Por fim,

pode-se dizer que, como os humanos são seres diversos e complexos por natureza, está plenamente justificada a existência de uma linguagem que, sendo-lhes inata, é também complexa por natureza, capaz de expressar seus pensamentos, os quais os identificam, os tornam semelhantes - humanamente semelhantes.

7. BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Thaís e BARBUTO, Ana. FERNÃO DE OLIVEIRA: HOMEM DO MAR E DAS LETRAS. Revista Villegagnon. 2012. Disponível em: <http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000005/000005ab.pdf>
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 37ª edição. Editoras Nova Fronteira e Lucerna. Rio de Janeiro, 2009.
- BÍBLIA SAGRADA. L. Garmus (coordenação geral). Rio de Janeiro. Editora Vozes, 1982.
- BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. “Sobre os anjos” – Alguns comentários linguísticos-estilísticos acerca do Livro VII, 5, dos “Ethemologiarium Libri” de Santo Isidoro de Servilha. Organon, Porto Alegre, nº 44/45, janeiro-dezembro, 2008, p. 15-38.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão, Gramáticos Portugueses do Século XVI. Instituto de Cultura Portuguesa, M.E.C., Secretaria de Estado da Cultura, 1978.
- CORRÊA, Elisa Figueira de Souza (CNPQ/PUC-RIO). Evolução do Pensamento Linguístico (Mestrado da PUC-Rio). SOLETRAS, Ano X, Nº 19, jan./jun.2010. São Gonçalo: UERJ, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/viewFile/7046/4985>
- CORTINA, Arnaldo; MARCHEZAN, Renata Coelho. Princípios gerais em linguística. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultural Acadêmica, 2011, p. 14-25, v. 11.
- CUNHA, Celso Ferreira da. Gramática da Língua Portuguesa, 4ª edição. Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), 1977.
- DUARTE, Inês. Actas do Colóquio. Uso Da Língua e Criatividade. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Departamento de Linguística Geral e Românica, 2008, pp. 107-123.
- FRANCH, Carlos; NEGRÃO, Esmeralda Vialati; MÜLLER, Ana Lúcia. Mas o que é mesmo gramática? São Paulo: Parábola Editorial, 2006 Secretária de Educação/Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP, 1991. [Na Ponta da Língua, 15].
- GONÇALVES, Rodrigo Tadeu e BASSO, Renato Miguel. História da Língua. UFSC. Licenciatura em Letras-Português na Modalidade a Distância, 2010.
- IORDAN, IORGU. Introdução à Linguística Românica. Trad. Júlia Dias Ferreira. Lisboa: Fundação Calouste GulbenKian, 1962.
- LANNIN, Vicente de P. Conversação e convenções literárias na Sátira II 6 de Horácio. Clássica, São Paulo, v. 11/12, n. 11/12, p. 247-263, 1998/1999.
- OLIVEIRA, Padre Fernando. A arte da guerra no mar: estratégia e guerra naval no tempo dos descobrimentos. Edição com fac-símile. Lisboa: Edições 70, Lda.

- PAIVA, Roberta Soares. O clima da época em torno do conceito de discurso na gramática de Port- Royal: o “bom uso” da língua. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*: vol. 24, n. 48, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/issue/view/1886>

- PASSERINI, Thiago Zilio. Em defesa e louvor da língua portuguesa: uma análise historiográfica do diálogo de Pero Magalhães de Gândavo. *Caderno de Pós-Graduação VERBUM* (ISSN 2316-3267), v. 8, n. 1, p. 74-91, abr. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/42451>

- ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 49ª edição. Editora José Olympio, Rio de Janeiro, 2011.

- SOUZA CORRÊA, Elisa Figueira de. A língua materna e a tradução no ensino aprendizagem de língua não-materna: uma historiografia crítica. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC- Rio, 2014. Acesso em: 25/Ago/2022. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/24443/24443.PDF>

- TEYSSIER, PAUL. *História da Língua Portuguesa*, Ed. Martins Fontes, 1982. Obra digitalizada pelo grupo Digital Source. Acesso em: 23/Ago/2022. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/158086/mod_resource/content/1/TEYSSIER_%20HistoriaDaLinguaPortuguesa.pdf

- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A gramática na escola/ Língua Portuguesa: o ensino de gramática. *Salto para o Futuro - Boletim*, v. 3, p. 73-97, 2007.

- VIEIRA, F. E. A orientação lógico-filosófica nas Gramáticas do Português. In: _____. *A Gramática Tradicional: História Crítica*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018.

- VITRAL, Lourenzo. Structure de la proposition et syntaxe du mouvement en portuguais brésilien. Tese de doutorado, Universidade de Paris VIII, 1992, pp. 69-72. Acesso em 20/Set/2022. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_lingua_portuguesa/article/viewFile/8045/6961

- VITRAL, Lourenzo. *Gramática Inteligente do Português do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2017.